

PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DOS
PRINCIPAIS REMANESCENTES DA
MATA ATLÂNTICA COMO
RESERVA DA BIOSFERA DA UNESCO

Fase I reconhecida pela UNESCO em março de 1991

Fase II apresentada por este documento

Setembro de 1991

OK

...ada à Mata
...envolveram-se
... pau-brasil, da
...os diretos dessa
...goiaba, o abacaxi,

A- Histórico:

A Província Florestal Atlântica que se desenvolvia ao longo do litoral brasileiro do Estado do Rio Grande do Norte ao do Rio Grande do Sul e abrangia, na época do descobrimento, uma área de cerca de um milhão de quilômetros quadrados, correspondente a 12% do território brasileiro, foi reduzida, pela atividade humana nesses cinco séculos de ocupação, a aproximadamente 25.000 km² ou 0,3% da área do país. É uma das maiores devastações conhecidas perpetradas pelo homem, e hoje especialistas conceituados consideram-na como uma das duas florestas tropicais mais ameaçadas de extinção em todo o planeta. A maior parte das espécies ameaçadas de extinção do Brasil são endêmicas à Mata Atlântica. Entre elas estão sete espécies de primatas, vários mamíferos, papagaios, inúmeras aves, plantas, etc., todas de grande interesse científico e econômico.

Os remanescentes da Mata Atlântica encontram-se associados a florestas secundárias de grande importância e que formam um sistema único de significância universal, quase todo ele concentrado ao longo das serras costeiras que compõem os conjuntos da Mantiqueira, Serra do Mar e Geral. Ao longo dessas serras, graças à dificuldade de acesso, ainda podemos vislumbrar longas áreas contínuas que é imprescindível preservar e restaurar. Têm importância especial os conjuntos do sul da Bahia, capixaba, da Mantiqueira e a grande faixa das Serras do Mar e Geral, que se inicia no Município de Campos, no Estado do Rio, e segue com pequenas interrupções até Passo Fundo, no Rio Grande do Sul. Além dessas áreas, têm especial relevância os remanescentes relíquia do Nordeste e das áreas mais ocidentais do Continente.

Esses raríssimos remanescentes e seus ecossistemas associados, também ameaçados, como mangues, jundu, matas de restinga e campos de altitude situam-se nas áreas de maior concentração demográfica do país, sofrendo crescente pressão na disputa por seus espaços. A devastação dessas serranias, onde concentram-se as maiores precipitações do país, têm se mostrado catastrófica com escorregamentos decorrentes da perda da malha protetora da floresta, que tem causado perdas de vida e prejuízos incalculáveis em repetidas ocasiões. O abastecimento de água e o lazer proporcionados por essas matas beneficiam dezenas de milhões de brasileiros e estão com sua potencialidade ameaçada. Diversas comunidades tradicionais pesqueiras e roceiras vivem ainda em relação de quase equilíbrio com essas selvas e precisam de intervenção ambiental regulamentadora urgente, para alcançar seu pleno desenvolvimento.

A cultura brasileira está intimamente relacionada à Mata Atlântica. O Nordeste, o Sudeste e o Sul desenvolveram-se utilizando seus recursos. Os ciclos econômicos do pau-brasil, da cana-de-açúcar, do ouro e do café são produtos diretos dessa floresta e de seu chão. A ela devemos o cajú, a goiaba, o abacaxi,

o maracujá, o mamão, a mangaba, a pitanga, o caju, a jabuticaba, os cambucás e muito mais, macacos, papagaios, assun-pretos e sabiás, oncas-pintadas, sussuaranas, jaguatiricas, preguiças, pacas, cotias, suas histórias, seus mitos, sacis, curupiras e anhangás. A nomenclatura tupi que nos ficou, a toponímia e muito da base de nossa linguagem e cultura devem à Floresta Atlântica sua origem.

Há várias décadas a União e os Estados vêm implantando um sistema de proteção dos remanescentes dessa Província Florestal, através da criação de Parques, Reservas, Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental. Também o Código Florestal Brasileiro, cuja primeira versão foi decretada em 1934, determina como de preservação permanente as encostas com declividade acima de quarenta e cinco graus. Encostas íngremes de difícil acesso, legislação, fiscalização protetora e unidades de conservação foram os instrumentos que permitiram a preservação do que restou até agora da Mata Atlântica.

As exigências crescentes da sociedade por medidas de proteção, a acelerada devastação desses remanescentes e o deslizamento das encostas da Serra do Mar em Cubatão, ocorrido em janeiro de 1985, como consequência da destruição da mata pela poluição, levaram o Estado de São Paulo a concretizar uma medida que abrangesse todo o conjunto principal dos remanescentes dessa floresta em seu território de forma contínua, preenchendo os vazios entre os parques e reservas existentes: em junho de 1985 foi declarado o tombamento da Serra do Mar em todo o Estado. Pela primeira vez dava-se um tratamento conjunto e integrado de todo sistema florestal costeiro de uma unidade de Federação.

Essa medida teve grande repercussão e suscitou a realização de reuniões técnicas entre os Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Estudos no sentido abrangente de proteção começaram a ser feitos em alguns desses Estados, tendo o Paraná formalizado o tombamento da Serra do Mar em todo seu território em 1986.

Nesse período surgiu a idéia da busca do reconhecimento desses remanescentes como Reserva da Biosfera pela UNESCO. A intenção foi formulada com dois objetivos principais: 1º) atingir o mais alto patamar de reconhecimento da importância e da necessidade de proteção desses remanescentes e, 2º) buscar, através desse reconhecimento, a maior cooperação possível para a defesa e recuperação da Mata Atlântica incluindo o apoio técnico e financeiro nacional e internacional.

Ainda em 1986, iniciaram-se gestões junto ao Banco Mundial para se conseguir recursos que viabilizassem essas idéias. Um projeto Floresta Atlântica - Fase I Serra do Mar, relacionado aos Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, foi então concebido. Em 1987, a Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA, hoje integrada ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, organizou a primeira reunião desses estados com vistas ao desenvolvimento desse projeto. Nessa reunião foi reafirmada a

idéia e colorada como meta o tombamento integral dos remanescentes da Mata Atlântica e de seus ecossistemas associados nesses cinco Estados e a busca de seu reconhecimento como Reserva da Biosfera pela UNESCO, passando essa proposta a integrar o PNMA - Programa Nacional de Meio Ambiente agora aprovado pelo Governo Brasileiro e pelo Banco Mundial. Por esse Programa o IBAMA deverá investir nos próximos 03 anos cerca de 10 milhões de dólares na implantação de seus parques e reservas e os Estados mencionados dispõem em igual período de 27 milhões de dólares para ações semelhantes de proteção da floresta.

Em outubro de 1988 foi promulgada a Nova Constituição Brasileira que no seu artigo de meio ambiente, entre outras importantes disposições, incumbe ao poder público preservar a diversidade e a integridade do Patrimônio genético do País e declara a Mata Atlântica e a Serra do Mar como Patrimônio Nacional.

Em novembro de 1988 foi criado o Consórcio Mata Atlântica constituído pelos cinco Estados citados acima com a finalidade de troca de experiências e soma de forças que otimiza a colaboração para proteger os remanescentes desse ecossistema. Em 1989, esse território recebeu a adesão do IBAMA, da Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Segundo seu termo de constituição para atingir seus objetivos de preservação inexistem limites estaduais. Sua estratégia principal é a soma de forças e o aumento da prioridade para a conservação da Mata Atlântica. Seu órgão principal é um Conselho de Secretários, que tem como presidente o representante do Rio de Janeiro. Seu órgão executivo é uma coordenação que dirige os trabalhos de três assessorias: técnica, jurídica e de informática. Seu trabalho está organizado em torno de quatro áreas prioritárias: conservação da biodiversidade; desenvolvimento social sustentado; conhecimento, informação e educação ambiental e financiamento de projetos. Já realizou vários seminários de internalização de conhecimento sobre a conservação e agora, com os recursos do PNMA, poderá desenvolver sua plena potencialidade.

Dentro desse conceito de soma de forças, cooperação e participação a proposta de declaração de uma Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, que abranja todos os seus remanescentes mais significativos e ecossistemas associados, foi debatida amplamente entre os Estados e com muitas associações ambientalistas não governamentais. Essas associações endossaram essa proposta e transformaram-na em um dos itens de uma plataforma mínima, que foi encaminhada aos candidatos à Presidência da República da campanha 1989. O Presidente Fernando Collor absorveu essa proposta e transformou-a em parte de seu programa de governo. Hoje está bastante disseminado o apoio a esse projeto, que tem firme sustentação no movimento ambientalista brasileiro.

Também em 1989 o Estado do Espírito Santo publicou edital de tombamento dos remanescentes da Mata Atlântica em todo seu território, concentrando essa medida em duas áreas significativas, uma ao Norte e outra ao Sul do Rio Doce. O Estado do Rio de Janeiro promulgou medida semelhante em março de 1990.

Santa Catarina já definiu um cronograma que o habilita a atingir essa meta no final de 1991. Os Estados da Bahia, Minas Gerais e do Rio Grande do Sul por sua vez iniciaram estudos com vistas a providência semelhante. Para tanto receberam no mês de setembro de 1.991, verba do Fundo Nacional do Meio Ambiente.

No seu estado atual, a proposta de declaração de Reserva da Biosfera da Mata Atlântica pela UNESCO está assim conceituada: somatória das Áreas tombadas pelos Estados e a serem referendadas pelo Governo Federal. No Espírito Santo temos uma área de 16.000 km², dos quais 2.500 km² de matas e o restante de áreas declivosas, pontões e áreas em diversos estágios de utilização agrícola. Do Norte do Rio de Janeiro, partindo-se do Parque Estadual do Desengano, no município de Campos, e seguindo para o Sul até a região do Município Gaúcho de Passo Fundo, acompanhado as Serras do Mar e geral temos uma faixa contínua quase que integralmente coberta por florestas primárias ou secundárias que é fundamental preservar.

No Estado do Rio de Janeiro essa faixa abriga uma área de 6.000 km². Em São Paulo ela tem 13.000 km², o mesmo no Paraná para 3.500 km². Nos demais Estados essas áreas correspondem a 2.000 em Santa Catarina e 4.000 no Rio Grande do Sul. Essa grande área terá no total uma área entre 35 a 40.000 km² e será constituída principalmente por áreas florestadas, abrigando também algumas comunidades indígenas, outras de pescadores artesanais e roceiras de subsistência. Além dessas áreas contamos com o desenvolvimento de um projeto mineiro nos remanescentes da Serra da Mantiqueira e região e outro baiano ao Sul daquele Estado.

Essas áreas estão sendo classificadas em três níveis de proteção. Uma primeira de restrição total, onde nenhuma atividade que não seja de proteção à natureza poderá ser desenvolvida e que em grande parte já é de preservação permanente ou deve ser transformada em parque, reserva ou outra classe de conservação. Uma segunda de uso restrito em que se permite a atividade humana desde que de acordo com regras específicas que garantam a proteção de determinados ambientes e situações. Uma terceira área de uso múltiplo em que se poderá desenvolver uma série de atividades garantido o padrão ambiental necessário e seguido o zoneamento previamente aprovado.

Como primeira fase deste projeto e na intenção de declará-lo como o setor em que se desenvolve a primeira implantação de uma Reserva da Biosfera brasileira selecionamos a região do litoral paranaense e do Vale do Ribeira paulista. Nessa região estão situados os remanescentes mais significativos da Mata Atlântica que também abrigam uma série de espécies ameaçadas e de grande importância à preservação. Essa área concentra também uma série de trabalhos de conservação do Governo Federal, dos Estados e das associações ambientalistas, que serão reforçados com essa designação. Esse primeiro segmento foi aprovado pelo Comitê Brasileiro do Programa MAB COBRAMAB em outubro de 1.990, e aprovado pelo Comitê Internacional do MAB-UNESCO em março de 1991. Para gerenciá-lo foi constituído um Conselho de Administração que já está operando satisfatoriamente.

Vários trabalhos complementares foram desenvolvidos sendo o principal deles o de definição do Plano de Ação que o Consórcio Mata Atlântica e o Conselho de Administração dessa Reserva estão montando com a colaboração da Universidade de Campinas-UNICAMP. Esse plano deve envolver todos os pesquisadores que trabalham na região e integrar todas as atividades de conservação ali desenvolvidas. Outro trabalho em andamento é a integração desses esforços com as demais Reservas da Biosfera existentes no Continente Sul-Americano. Uma primeira reunião já foi realizada, em setembro, na Colômbia, sob o patrocínio da União Internacional para a Conservação da Natureza-UICN, estando criado um grupo de trabalho, que envolve 8 países com essa finalidade.

Como continuidade e expansão dessa primeira fase foi definida a fase II deste projeto, agora apresentada, em áreas dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo tangenciando também algumas regiões mineiras. Já existe uma continuidade do segmento principal e três outras áreas isoladas, a primeira na Serra Mantiqueira e na região do Itatiaia, uma também nessa serra na região do Caparaó e uma terceira ao Norte do Rio Doce. Várias regiões dessa nova fase foram indicadas como necessitando trabalhos de recuperação da vegetação original. Todas as áreas para a garantia de biodiversidade brasileira e já contam com inúmeros trabalhos desenvolvidos ou em desenvolvimento nesse sentido.

DIMENSÃO

Segue-se o formulário da proposta da Fase II da Reserva de Biosfera da Mata Atlântica.

Dimensão

Dimensão

Terre

Marinho

Dimensão

197,00

ADMINI

SA:

Nome

End

CEP

Cidade

UF

País

B - FORMULÁRIO DE PROPOSTA
DE RESERVAS DA BIOSFERA

1. PAÍS: BRASIL
2. NOME OFICIAL DA RESERVA: MATA ATLÂNTICA (Fase II)
- Serras do Mar e da Mantiqueira
3. REGIÃO BIOGEOGRÁFICA: 8.7.1. - Serra do Mar segundo
Udvardy M.D.F. (1975), A
classification of biogeographical
provinces of the world - IUCN -
Occasional Paper nº18.
4. DIMENSÃO E CONFIGURAÇÃO ESPACIAL (VEJA O MAPA)
 - 4.1 Dimensão da(s) zona(s) núcleo: 1.089.154,97 ha
 - 4.2 Dimensão da(s) zona(s) tampão: Terrestre 1.368.791,44 ha
Marinho 42.525,56 ha
 - 4.3 Dimensão aproximada da(s) zona(s) de transição:
Terrestre 1.739.444,77 ha
Marinho 356.940,92 ha
 - 4.4 Dimensão da zona de Experimentação e Recuperação:
339.967,00 ha
5. ZONAS ADMINISTRATIVAS INCLUÍDAS NA RESERVA DA BIOSFERA
PROPOSTA:

Se for incluída uma ou várias zonas administrativas contínuas (por exemplo: parque nacional, santuário natural, estação experimental) na(s) zona(s) núcleo e na(s) zona(s) tampão da reserva da biosfera proposta, indique o(s) nome(s) desta(s) zona(s) administrativa(s) e o(s) nome(s) da(s) autoridade(s) encarregada(s) de sua gestão.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS NOS ESTADOS DE SÃO PAULO, MINAS GERAIS, RIO DE JANEIRO E ESPIRITO SANTO.

NOME	ÁREA (ha)	DOCUMENTO	DATA
Parque Nacional do Itatiaia	30.000	Decreto 1.710	14/06/37
*Parque Nacional da Serra dos Órgãos	11.400	Decreto 1.822	30/11/39
Parque Nacional do Caparaó	26.000	Decreto 50.646	24/05/61
* Parque Nacional da Tijuca	3.300	Decreto 50.923 Decreto 60.183	06/07/61 28/02/67
Reserva Biológica Poço da Antas	5.000	Decreto 68.691	08/10/68
Parque Nacional da Serra de Bocaina	110.000	Decreto 68.171 Decreto 70.604	04/02/71 08/06/74
Áreas de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Paraíba do Sul	Toda Bacia	Decreto 87.561	13/09/82
Área de Proteção Ambiental de Petrópolis	44.000	Decreto 87.561	13/09/82
Reserva Biológica do Córrego do Veado	2.392	Decreto 87.590	20/09/82
Reserva Biológica do Sooretama	25.000	Decreto 87.588	20/09/82
Reserva Biológica Augusto Leal	3.600	Decreto 87.589	20/09/82
Reserva Biológica de Pirai	4.000	Comodato Light/Ibama	08/02/83
Área de Proteção Ambiental de Caldas	33.800	Decreto 89.242	27/12/83
Reserva Biológica de Comboios	883	Decreto 90.227	25/09/84

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS NOS ESTADOS DE SÃO PAULO, MINAS GERAIS,
RIO DE JANEIRO E ESPÍRITO SANTO

NOME	ÁREA (ha)	DOCUMENTO	DATA
Área de Proteção Ambiental de Cananéia-Iguape-Peruíbe (Segmento Norte)	160.000	Decreto * 90.347 Decreto 91.892	23/10/84 06/11/85
Área de Proteção Ambiental de Guapimirim	14.500	Decreto 90.225	25/09/84
Área de Proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira	500.000	Decreto 91.304	03/06/85
* Estação Ecológica dos Tupiniquins- (3 Ilhas ao Norte)	43	Decreto 92.961	21/07/86
Estação Ecológica dos Tupi- nambas	2.781	Decreto 94.656	20/07/87
Reserva Biológica do Córrego Grande	1.504	Decreto 97.657	12/04/89
Área de Proteção Permanente de Alcobaça	Não Regu- lamentada	Decreto 97.717	05/05/89
*Reserva Biológica do Tinguá	23.000	Decreto 97.780	23/05/89
Estação Ecológica de Tamoiós	Não Regu- lamentada	Decreto 98.864	23/01/90

* Já declarados reserva da Biosfera, na Fase I deste Projeto

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

NOME	ÁREA (ha)	DOCUMENTO	DATA
Parque Estadual do Jaraguá	488,84	Decreto 10.887	30/12/39
Parque Estadual de Campos do Jordão	8.172,31	Decreto 11.908 27.314	27/03/41 17/10/49
Reserva Biológica da Serra de Paranapiacaba	336	Decreto 12.753	12/06/42
Parque Estadual da Cantareira	5.647	Decreto 41.626 Decreto 10.228 Decreto 335	30/10/63 24/09/68 10/02/84
Parque Estadual da Capital	174	Lei 10.228	24/09/68
Parque Estadual de Ilhabela	27.025	Decreto 9.414	20/01/77
Parque Estadual da Ilha Anchieta	1.000	Decreto 9.629	29/03/77
Parque Estadual da Serra do Mar	392.938	Decreto 10.251 Decreto 13.313 Decreto 19.448	30/08/77 06/03/79 30/08/82
Reserva Florestal II (Perímetro de São Roque)	23.900	Decreto 12.185	30/08/78
Reserva Estadual de Morro Grande	18.700	Lei 1.949	04/04/79
Área de Proteção Ambiental de Campos do Jordão (Estadual e Municipal)	26.990	Decreto 1.161	03/06/83
Área de Proteção Ambiental de Boseira Velha	84	Lei 424	25/11/83
Área de Proteção Ambiental de São Antônio do Pinhal	39.400	Lei 458	08/06/83

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

NOME	ÁREA (ha)	DOCUMENTO	DATA
Área de Proteção Ambiental de Cabreúva	26.100	Lei 4.023	22/05/84
Área de Proteção Ambiental de Casabuar	13.400	Lei 4.055	04/06/84
Área de Proteção Ambiental de Jundiá	43.200	Lei 4.095	12/06/84
Área de Proteção Ambiental de Silveiras	42.700	Lei 4.100	20/06/84
Área de Proteção Ambiental da Serra do Mar e da Pr...	400.000	Decreto 22.717	21/09/84
Tombamento das <u>Serras do Mar e do Paranapiacaba</u>	1.300.000	Resolução 40	04/06/85
Tombamento do <u>Valendo Quilombo</u>	1.531	Resolução 60	22/10/88

Obs: Áreas Naturais tombadas e Áreas de Proteção Ambiental podem ocorrer superpostas a outras áreas de proteção. Portanto a soma das parcelas será maior do que a área resultante total.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

NOME	ÁREA (ha)	DOCUMENTO	DATA
Estação Ecológica do Papagaio	26.788	Decreto 31.368	02/06/90

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

NOME	ÁREA (ha)	DOCUMENTO	DATA
Parque Estadual do Desengano	22.400	Decreto 250	13/04/70
Parque Estadual da Ilha Grande	5.600	Decreto 15.273	28/06/71
Parque Estadual da Pedra Branca	12.500	Decreto 2.377	28/06/74
Reserva Biológica e Arqueológica de Guaratiba	2.800	Decreto 7.459 Decreto 54.015	20/11/74 31/03/82
Reserva Biológica de Araras	9.000	Resol. 59	22/06/77
Reserva Florestal do Grajaú	55	Decreto 1.921	22/06/78
Reserva Biológica da Praia do Sul	3.600	Decreto 4.972	02/12/81
Área de Proteção Ambiental do Desengano	22.400	Decreto 7.121	28/12/83
Área de Proteção Ambiental do Jacarandá	2.700	Decreto 8.280	23/07/85
Área de Proteção Ambiental de Tamoios	26.200	Decreto 9.452	05/12/86
Área de Proteção Ambiental de Mangaratiba	19.000	Decreto 9.802	12/03/87
Estação Ecológica do Paraíso	4.920	Decreto 9.803	12/03/87
Área de Proteção Ambiental Serra Cachoeiras do Macacu	6.800	Decreto 688	06/10/87
Área de Proteção Ambiental Município de Teresópolis	2.700	Decreto 1.427	30/11/87

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

NOME	ÁREA (ha)	DOCUMENTO	DATA
Área de Proteção Ambiental Município Rio dos Frades	3.000	Decreto 1.149	31/05/88
Área de Proteção Ambiental do Geriçimó Mandanha	4.200	Lei 1.331	12/07/88
Reserva Biológica Macaé de Cima	7.000	Decreto 456	03/01/90

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

NOME	ÁREA (ha)	DOCUMENTO	DATA
Reserva Florestal de Pedra Azul	1.240	Decreto 312	31/10/60
Reserva Florestal de Duas Bocas	2.910	Lei 2.095	16/01/65
Estação Biológica de Sta. Lúcia	350	Propriedade Museu Biológico Melo Leitão transferido do Pró-Memória	12/83
Parque Estadual da Fonte Grande	218	Lei 3.875	07/08/84
Parque Estadual da Cachoeira de Fumaça	27	Decreto 2.791	24/08/84
Reserva Florestal de Forno Grande	340	Decreto 3.093	30/09/85
Área de Preservação da Fazenda Bananal do Norte	385	Decreto 3.094	30/09/85
Área de Preservação Permanente da Fazenda Goitacazes	970	Decreto 3.096	30/09/85
Estação Ecológica Mosteiro Zen	90	Decreto 1.158	30/09/85
Estação Ecológica Ilha do Lamenão	860	Decreto 3.326	27/05/86
Área de Preservação Permanente da Fazenda Mata das Flores	350	Decreto 3.488	19/03/87
Reserva Florestal da Companhia	21.000	Tombamento Particular Resolução 03	12/04/91

ÁREAS INDÍGENAS NOS ESTADOS DE SÃO PAULO E ESPÍRITO SANTO

NOME	ÁREA (ha)	DOCUMENTO	DATA
Área Indígena de Comboios - ES	24,14	Decreto 88.601	09/08/83
Área Indígena Pau-Brasil - ES	N.D.	Decreto 80.672	05/09/83
Área Indígena Caieiras Velhas - ES	13,78	Decreto 88.926	27/10/83
Área Indígena Boa Vista	801	Decreto 94.220	14/04/87
Área Indígena Jaraguá	1,76	Decreto 94.221	14/04/87
Área Indígena Crucutuer	25,88	Decreto 94.222	14/04/87
Área Indígena Barragem	26,30	Decreto 94.223	14/04/87
Área Indígena Rio Branco	2.856,10	Decreto 94.224	14/04/87
Área Indígena Itariri	1.212,47	Decreto 94.225	14/04/87
Área Indígena Rio Silveira	984,40	Decreto 94.568	08/07/87

Obs: Das unidades de conservação abrangidas pela zona núcleo consideram-se como zona tampão as áreas de administração e as áreas onde existiam ocupações por comunidades tradicionais consideram-se como zona de transição.

Se a reserva da biosfera proposta consiste de várias zonas separadas geograficamente entre si e administradas por distintas autoridades, deverão proporcionar-se os nomes dessas zonas administrativas e os nomes das autoridades encarregadas de sua gestão. Neste caso (conceito de reservas da biosfera agrupadas), cada autoridade administrativa competente deverá completar um formulário adicional. A Secretaria do MAB distribuirá os formulários adicionais a quem os solicitar.

Seguem anexo formulários adicionais dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

6. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

6.1. Descrição geral (principais características geográficas dos arredores da reserva da biosfera proposta).

Geologicamente, a área em questão localiza-se no Planalto Atlântico, de idade Pré Cambriana, onde observa-se a ocorrência de coberturas Cenozóicas, como a Bacia Sedimentar Tafrogênica de São Paulo (onde desenvolve-se a grande parte do sítio urbano da cidade de São Paulo) e no litoral, distribuída nas planícies litorâneas (mais extensas na região delimitada pela Ponta da Juréia às proximidades de São Sebastião, tornando-se mais restritas para o norte até o Estado do Rio de Janeiro).

O limite sul do litoral da Reserva da Biosfera proposta (Fase II) é caracterizado pelo maciço da Juréia. Este maciço é definido como uma páleo-ilha atualmente unido ao continente por extensa planície de sedimentação quaternária.

Podemos dizer que as áreas Nucleares desta Reserva da Biosfera na sua maior parte consistirão de remanescentes florestais situados em zonas serranas: A Serra do Mar a Serra da Cantareira, a Serra da Mantiqueira e a Serra dos Órgãos.

No Planalto Atlântico brasileiro de sudeste, a Serra do Mar é definida como uma escarpa de 900 a 2.000 metros de altitude estendendo-se por cerca de 1.200 km. O surgimento deste escarpamento foi decorrência de reativações sofridas pela margem continental Sul Atlântica após a separação da África e América.

Toda região da escarpa da Serra do Mar é caracterizada por apresentar "uma dinâmica superficial marcada por movimentos gravitacionais de massa (escorregamentos, corridas) e regida por um delicado equilíbrio entre os meios físico e biótico." (Augusto Filho et al, 1988). Desta forma, intervenções e formas de uso e ocupação executadas pelo homem podem acionar processos que, em alguns casos, são catastróficos.

No setor compreendido entre Caraguatatuba e Ubatuba e arredores, com a aproximação da serra à linha de costa, definindo um litoral bastante recortado e de planícies de sedimentação restritas, as formas atuais de ocupação da área mostram-se inadequadas. Devido à especulação imobiliária, surge a necessidade de ocupação das escarpas. A ocorrência de escorregamentos e movimentação de massa é um risco constante e se dá principalmente junto às rodovias e outros acessos.

O Parque Estadual da Serra do Mar vem, desde 1977, abrangendo a área das escarpas da Serra do Mar no intuito de fornecer proteção a estes frágeis terrenos. Esta será uma das áreas Core propostas para a Reserva da Biosfera, devido à necessidade de proteção integral dos recursos naturais.

Outra área Core proposta na Reserva da Biosfera coincide com a Reserva Estadual da Cantareira, que protege remanescentes florestais e fauna associada nesta serra.

A Serra da Cantareira, constituída de rochas granitóides sob a forma de batólitos e bossas que sustentam sua elevada formação, tem origem ligada às movimentações tectônicas iniciadas no Jurássico superior e definidas como de ativação Wealdeniana, que

possibilitaram a movimentação do falhamento de Taxaquara e consequente abertura da calha (atual Bacia de São Paulo) propriamente dita.

A Serra da Mantiqueira estende-se relativamente paralela e mais interior do que a Serra do mar no Estado de São Paulo até o sul de Minas Gerais. Era o habitat de uma das mais belas espécies de nossas aves o papagaio-de-peito-roxo (*Amazona v. vivacea*), que ainda vive e nidifica nessas alturas, mas já aparece nas listagens oficiais como ameaçado de extinção.

Além da geomorfologia acidentada a paisagem original da região, singular entre todas as brasileiras, é caracterizada também pela floresta tropical e a altitude, esta marcada pela presença expressiva da Araucária brasileira e entremeada por campos de altitude. Complementa este soberbo conjunto a ocorrência de inúmeras e bellíssimas cachoeiras.

O espaço físico atualmente ocupado pelas Serras do Mar, da Mantiqueira e pelo Vale do Médio Rio Paraíba do Sul, sofreu um cataclisma natural na época da separação do antigo continente, há aproximadamente 150 milhões de anos passando a integrar um trecho da borda continental sul-americana¹. Tal cataclisma foi caracterizado por fendilhamentos do solo, apontando aproximadamente para OSOENE, e, pelo escorregamento de enormes blocos da crosta terrestre, em direção ao Oceano Atlântico. Dessa maneira formaram-se a Serra do Mar, a Serra da Mantiqueira e, separando-as o Vale do Médio Rio Paraíba do Sul. O conjunto tectônico² Serra do Mar/Vale Médio do Rio Paraíba do Sul/Serra da Mantiqueira é portanto um caso singular entre os grandes sistemas montanhosos do globo, pois sua gênese está ligada ao soerguimento não por orogênese (forças ascensionais) e sim por tectonismo de abertura do continente.

Em sua porção média, a configuração geral da Serra da Mantiqueira sofreu nova alteração tectônica há aproximadamente 700 milhões de anos, caracterizada pela ocorrência de intrusões de rochas alcalinas (intrusões de Passa-Quatro e Itatiaia), que soergueram o assoalho rochoso formando o Planalto do Itatiaia. Elemento que se destaca no sistema Mantiqueira pela sua origem relativamente recente e pela apresentação de elevadas altitudes, como o pico das Agulhas Negras, com seus 2.787 metros. A unidade morfológica do Planalto do Itatiaia localiza-se numa região da Mantiqueira cujo domínio morfoestrutural revela-se em um nítido controle estrutural sobre a morfologia atual. Tal controle é assinalado pelas extensas linhas de falhas, blocos deslocados, escarpas e relevos alinhados em coincidência com dobramentos originais e falhamentos mais recentes.

O substrato rochoso do Planalto do Itatiaia é composto fundamentalmente por gnaisses, lentes de quartzitos, calcossilicáticas, metabásicas, anfibolitos e mármorees do complexo Paraíba do Sul, rochas migmáticas e faixas de rochas kinzigísticas do complexo Juiz de Fora, e outros componentes do grupo Andrelândia³.

A presença da mata tropical deve-se à grande umidade das escarpas voltadas para o mar, cujo clima varia de tropical a temperado à medida que cresce a altitude, sempre sem perder a elevada umidade. A própria origem da palavra Mantiqueira - do tupi, lugar onde a chuva goteja - traduz esta característica. Essa alta umidade deve-se à muralha que as montanhas contrapõem aos

ventos alísseos vindos do mar carregados de vapores, que ao encontrá-las, condensam em nuvens⁶. Os pinheirais aparecem nas zonas mais altas e frias. Os campos limpos de grandes altitudes típicos da Serra da Mantiqueira apresentam vegetação rala, baixa e quase uniforme, com solo pouco espesso, cheio de pedregulhos ou mesmo rochoso. Os caracteres de suas paisagens naturais e a ocupação humana tradicional ali desenvolvida configuram na área um ecossistema de especial interesse para estudos ambientais.

No Estado do Rio de Janeiro, verifica-se marcantes contrastes quanto ao relevo, aos solos, às condições de drenagem e quanto ao revestimento vegetal. Devido à grande devastação ocorrida ao longo dos anos, as florestas que recobriam cerca de 97% de seu território, hoje estão reduzidas a apenas 15,16%, estando as parcelas mais significativas situadas na serra do mar e adjacências.

Tais contrastes, de certo modo, decorrem do fato de que o território do Rio de Janeiro participa de dois domínios naturais que caracterizam a grande região sudeste: as vertentes da borda sul oriental do Grande Planalto Brasileiro e as Terras Baixas tropicais que o separam do oceano.

O relevo, marcadamente definido pelas frentes montanhosas das Serras do Mar e Mantiqueira, e seus prolongamentos, bem como pelos maciços litorâneos, é o principal fator desta diferenciação natural. É o elemento definidor da rede fluvial, das condições de drenagem e responsável direto por variações espaciais no clima tropical úmido, que é mais quente nas faixas litorâneas e nas escarpas serranas e mais ameno no planalto, em função, da altitude.

Dentro deste cenário, a área escolhida para se tornar Reserva da Biosfera no Rio de Janeiro engloba as escarpas das Serras do Mar e da Mantiqueira, cujas vertentes interioranas, incluem terrenos de relevo médio a forte ondulado, revestido por expressivo manto florestal. Além disso, sugeriu-se a inclusão dos contrafortes litorâneos cobertos por florestas; áreas de restingas; os manguezais da baía de Guanabara, Guaratiba e São João da Barra; as margens do Rio Paraíba do Sul na região norte do referido Estado. Em alguns casos, devido à importância topográfica, científica ou mesmo estratégica para a qualidade de vida das populações residentes nas proximidades, propõe-se a recuperação de diversos locais, que estão representados no mapa (anexo) sob a denominação de Áreas de Experimentação. Estas áreas eco-desenvolvimentos as vezes ocorrem nas próprias unidades de conservação o que serve de alerta para a gerações presentes e futuras no sentido de resguardarem e/ou restaurarem os últimos redutos de ambiente natural, ainda relativamente preservado.

Parte do Espírito Santo encontra-se inserida dentro da encosta do Planalto Cristalino e apresenta duas posições principais de relevo: a área montanhosa e a planície litorânea, que se desenvolve em uma faixa de largura variável de sul para norte.

A maior parte da reserva de biosfera proposta está na área do complexo cristalino (acima de 300m de altitude). A região norte do Estado do Espírito Santo tem os tabuleiros do terciário e as restingas são o quaternário.

Os latossolos vermelho-amarelos são os mais expressivos no Estado do Espírito Santo e a formação florestal de maior importância no Estado, que abrange as maiores reservas é a Mata de Tabuleiros. Ocorre sobre terrenos do Terciário principalmente nas bacias dos rios Itúnas, São Mateus, Barra Seca e Doce. Mais para o sul restam reduzidas áreas com essas Matas. Nas Matas Tabuleiros as árvores alcançam 50 metros de altura, com interior limpo e de fácil penetração. Não é rica em epífitas mas possuem orquídeas raras.

Outro tipo de vegetação é a Mata Pantanosa Litorânea em áreas alagadas entre a restinga e a Mata do Tabuleiro. Antigamente ocupava toda a costa do Espírito Santo e hoje está quase que completamente destruída. O mangue encontra-se distribuído por toda costa com concentração nas praias de Vitória.

A Floresta Atlântica é a Mata de Encosta em altitudes entre 300 à 800 metros, seu interior é fechado, de difícil penetração, com vegetação rasteira densa. A Mata Altimontana ou Supalpa também ocorre no Estado do Espírito Santo em altitudes entre 1.000 a 2.200 metros, com ponto máximo na Serra do Carapaó.

Mata de restinga, Mata Mesófila, campos e trechos de cerrado também podem ser encontrados na região.

A fauna regional encontra-se pouco protegida e ameaçada de desaparecimento.

6.2. Divisão administrativas (por exemplo, estado, cidade ou região, divisão territorial, etc.).

7.8. Outros (em

- Estado de São Paulo
- Estado de Minas Gerais
- Estado do Rio de Janeiro
- Estado do Espírito Santo

6.3. Cidade principal mais próxima:

- São Paulo (Estado de São Paulo)
- Rio de Janeiro (Estado do Rio de Janeiro)
- Vitória (Estado do Espírito Santo)

6.3.a. Número aproximado de habitantes:

30.000.000 de habitantes

6.3.b. Distância desde o limite mais próximo da reserva da biosfera proposta:

- 0 km de São Paulo
- 0 km Rio de Janeiro
- 0 km Vitória

6.4. Densidade demográfica aproximada da região (incluindo os habitantes transitórios, os nômades, etc.): 30 habitantes/km²

6.5. Latitude e Longitude

A área está contida entre:

- Latitude de 18° 15'S a 24° 40'S
- Longitude de 39° 40'W a 47° 20'W

7. REGIME DE POSSE:

7.1. Governo Nacional:	<u>Principal</u>	Secundário
7.2. Governo estadual ou municipal:	<u>Principal</u>	Secundário
7.3. Governo Local:	Principal	Secundário
7.4. Organização privada de Conservação:	Principal	<u>Secundário</u>
7.5. Um particular, uma corporação ou um grupo de caráter privado:	Principal	<u>Secundário</u>
7.6. Universidade ou instituto de investigação:	Principal	<u>Secundário</u>
7.7. Organismo internacional:	Principal	Secundário
7.8. Outros (enumerar):		
0.1. - vários particulares	Principal	<u>Secundário</u>

8. PROTEÇÃO JURÍDICA DA ZONA NÚCLEO E DA ZONA TAMPÃO

8.1. Legislação nacional:	<u>Principal</u>	Secundária
8.2. Legislação estadual ou municipal:	<u>Principal</u>	Secundária
8.3. Legislação local:	Principal	Secundária
8.4. Regulamentação administrativa:	<u>Principal</u>	Secundária
8.5. Decreto executivo:	<u>Principal</u>	Secundária
8.6. Propriedade:	Principal	<u>Secundária</u>
8.7. Acordos cooperativos:	Principal	<u>Secundária</u>
8.8. Designação voluntária:	Principal	<u>Secundária</u>
8.9. Outras (descrever):	Principal	Secundária

9. CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

9.1. Clima:

Subquente, superúmido com subseca do tipo tropical, com temperatura média anual de 22°C. O clima desta região, com base nas chuvas de primavera-verão e na temperatura amena que são oriundas genericamente da atuação da frente polar Atlântica, o qual adicionado às chuvas de convecção orográfica, proveniente da umidade pela proximidade do oceano, via brisa marítima, faz com que ocorram chuvas torrenciais no verão. Estes fatores são significativos para explicar a umidade da região.

- 9.1.a. Temperatura média, máxima do mês mais quente: 28°C.
- 9.1.b. Temperatura média, máxima do mês mais frio: 17°C.
- 9.1.c. Média anual das precipitações 1750mm, registrados a uma altitude de 300 metros.
- 9.1.d. Se as precipitações variam segundo as estações, número de meses úmidos por ano: 7 meses (outubro a abril).

9.2. Topografia, hidrografia e oceanografia:

o modulado é de drer Compreende um complexo de formações desde o mar exterior e planícies litorâneas, passando pelas escarpas da Serra do Mar até o planalto. Chegando a Serra da Mantiqueira abrangendo os picos mais elevados de toda a porção oriental do Continente Sul-Americano. O relevo é tipicamente acidentado predominando a forte ondulosidade, por na maioria dos casos o montanhoso. As declividades nesses casos são de 30% a 100% raramente ocorre relevo mais tãmeno, do tipo ondulado, restritas áreas correspondentes a menos baixas com vertentes convexas situados em torno de 200 a 500m de altitude. A diversidade topográfica das estruturas que compõem é explicada pela erosão diferencial nas rochas do complexo cristalino aliadas as falhas e dobras transversais. A hidrografia reflete as características geotectônicas e morfoclimáticas que dominam os geossistemas do Sudeste brasileiro; a principal bacia na área é a do rio Paraíba do Sul.

No Espírito Santo os rios mais importantes são o Doce, o Itapemirim, o Itabapoana e o São Mateus.

A reserva da biosfera aqui proposta prevê nas margens de alguns rios zonas de experimentação e recuperação, de acordo com a legislação brasileira de proteção dos cursos de água.

9.2.a. Altura máxima sobre o nível do mar: 2897 metros

9.2.b. Altura mínima: 0 metros.

(Em caso de zonas costeiras e marinhas).

9.2.c. Profundidade máxima abaixo do nível medio do mar: 30 metros

9.2.d. Profundidade mínima (se proceder) : Não procede.

9.3. Geología, geomorfologia e solos:

A área dispõe-se, principalmente, ao longo da Serra do Mar e da Mantiqueira. Seus aspectos múltiplos e variados apresentam-se ora sob forma de um paredão alcantilado junto ao mar, no litoral Sul, ora como escarpa de contornos sinuosos marcados pelos diferentes graus de dissecação da estrutura tectônica. Seu perfil transversal demonstra, de um modo generalizado, uma face voltada para o litoral, com declividades abruptas que constituem a escarpa frontal. A parte de relevo mais movimentado corresponde à região do rebordo, que descai, em declividades mais suaves para o reverso em direção à calha do Rio Paraíba do Sul.

Embora aparentando homogeneidade à observação expedita, a região não apresenta uma única unidade estrutural. Sua constituição é basicamente gnáissico-granítica, apresentando, entretanto, peculiaridades que permitem segmentá-la em blocos de destaque, petrograficamente caracterizados.

No bloco Sul que se estende até a Serra das Araras, o modulado é representado por dissecação diferencial, com incisões de drenagem acompanhando linhas de fraturas. Este bloco está alicerçado em gnáisses, granitos, migmatitos, granulitos e charnokitos.

Um segundo bloco, compreende o Maciço do Tinguá, apresenta quadro morfológico relacionado aos efeitos de um tectonismo regional. Nesse bloco, embasado em gnáisses-granitóides, encontra-se o Tinguaito leucocítico com especificidade regional.

O terceiro bloco abrange toda a Serra das Órgãos estendendo-se até os confins da Serra do Mar no Estado do Rio de Janeiro, no Município de Campos. Aí destacam-se as intrusões graníticas e as escarpas escalonadas, além dos monumentos monolíticos relevantes Dedo do Deus, Nariz do Frade, Caledônia, Pedra do Sino (ponto culminante Serra do Mar 2.263 m), etc..

De um modo geral, há, também, que se registrar grande número de ocorrências de rochas alcalinas presentes nos contrafortes litorâneos da Serra do Mar.

Além dos incontáveis afloramentos rochosos, que ocorrem na região há também várias unidades pedológicas. Marcantes são as ocorrências de Latossolos, Cambissolos, Podzólicos e Solos Litólicos.

A Serra da Mantiqueira é constituída por rochas gnáissicas e migmatíticas que são foliadas caracterizadas por bandas de mineralogias distintas. Intercaladas a estas rochas

ocorrem xistos, mármore e quartzos e a todo este conjunto de rochas os geólogos dão o nome de Complexo Paraíba do Sul, considerado de idade pré-cambriana.

As rochas do complexo Paraíba do Sul apresentam incrusões de corpos graníticos do fácies Cantareira que constituem corpos resistentes à erosão que se sobressaem no relevo. No geral, o Complexo Paraíba do Sul apresenta foliações, que são as orientações de minerais planares, na direção Nordeste. Nesta mesma direção ocorrem também diversas falhas geológicas que explicam a forma alongada da Serra da Mantiqueira.

10. HABITATS E ESPÉCIES CARACTERÍSTICAS:

Genericamente chamamos o conjunto de formações vegetais que compõem esta Reserva da Biosfera de Mata Atlântica. Esta floresta, bastante documentada pelos antigos viajantes, foi intensamente devastada desde a época do descobrimento. Ela foi o palco do início da colonização do país, estando ainda hoje grande parte da população brasileira concentrada em sua região original de ocorrência. Por essas razões os remanescentes existentes devem ser preservados e as áreas de ocorrências já alteradas, recuperadas ou manejadas racionalmente.

Sua ocorrência é ligada ao relevo, à pluviosidade e à umidade, que condicionam uma fisionomia alta e densa, consequência da variedade de espécies pertencentes a várias formas biológicas e estratos, dos quais os inferiores vivem em um ambiente bastante sombrio e úmido, sempre dependentes do estrato superior. O grande número de lianas, epífitas, fetos arborescentes e palmeiras, dá a esta floresta um caráter tipicamente tropical.

Elas Não é uma vegetação uniforme em toda a sua área apresentando variações decorrentes do solo, da topografia e do clima, tendo como elemento comum a exposição aos ventos úmidos que sopram do oceano. No reverso das escarpas, em suas porções voltadas para o interior, caracteriza-se como uma mata de planalto, resultante da existência de um clima úmido mas com estacionalidade bem marcada.

No litoral, dentro do conjunto da Mata Atlântica, encontramos diversas formações vegetais associadas a ambientes de sedimentação recente e ao ambiente de marés (como manguezais e restingas).

Diversificando estas formações vegetais acima descritas podemos observar em porções mais restritas do território da Reserva da Biosfera, sistemas de enclaves paisagísticos compostos por tipos de formações decorrentes das flutuações climáticas quaternárias. Tais formações são importantes e delicadas, e quando representadas nos sistemas de proteção e manejo oficiais incidentes sobre elas, devem merecer atenção especial pois já não estão em consonância com a atitude climática atual e puderam "sobreviver" até agora devido a características edáficas e topográficas específicas.

Como exemplo destas formações temos as áreas próximas aos enclaves das Matas de Araucária. Outro tipo de formação vegetal característico encontrado nesta Reserva da Biosfera são os Campos de Altitude.

10.a. Tipo de habitat:

DISTRIBUIÇÃO
Regional Local

Floresta Perenifolia Higrófila Costeira.

Sua ocorrência é ligada ao relevo, à pluviosidade e à umidade, que condicionam uma fisionomia alta e densa, consequência da variedade de espécies pertencentes a varias formas biológicas e estratos, dos quais os inferiores vivem em um ambiente bastante sombrio e úmido, sempre dependentes do estrato superior. O grande número de lianas, epífitas, fetos arbórescentes e palmeiras, dá a esta floresta um caráter tipicamente tropical.

O solo é praticamente desnudo, sendo encontrados aí, de um modo geral, apenas os elementos jovens, só sendo possível a sobrevivência de plantas tolerantes à sombra.

Não é uma vegetação uniforme em toda a sua área apresentando variações decorrentes do solo, da topografia e do clima, tendo como elemento comum a exposição aos ventos úmidos que sopram do oceano.

Esta floresta, bastante documentada pelos antigos viajantes, foi intensamente devastada desde a época do descobrimento. Ela foi o palco do início da colonização do país, estando ainda hoje, grande parte da população brasileira concentrada em sua região original de ocorrência.

Espécies:

7.863. c.
Ipoê (Tabebuia spp); Canelas (Nectandra spp; Clytrocarya spp; Endlicheria spp; Ocotea spp); Jatobá (Hymenaea stibocarpa); Cedro (Cedrela fissilis); Cajarana (Cahralea canjerana); Bacupari (Rheedia gardneriana); Capixinguí (Croton floribundus); Baguaçu (Talauma ovata); Jacatirão (Miconia candolleana); Chuva-de-ouro (Cassia spp); Angico (Riptadenia spp); Araça (Psidium spp); Baunilha (Vanilla chamissonis); Bico-de-pato (Machonium spp); Brejauva (Astrocaryum aculeatissimum); Caeté (Calathea spp e Maranta spp); Cabuçú (Miconia cabucu); Chapadeiro (Clethra brasiliensis); Erva-de-anta (Psychotria gardneriana); Erva-de-marúco (Casearia spp); Figueira (Eicus spp); Guapuruvu (Schizolobium parahybum); Imbirucu (Bombax spp); Inga (Inga spp); Jaborandi (Rotomoxpa spp); Jerivá (Anacardium comaroffianum); Mamica-de-porca (Eagaca spp); Mandioqueira (Didymopanax morototoni); Manduirana (Cassia speciosa); Palmito-doce (Euterpe edulis); Pati (Barbosa pseudococcus); Espeteiro (Casearia spp); Manacá (Ybouchina pulchra); Taruma (Vitex montevidensis); Anaribá

(Centrolobium robustum); Bicuiba (Mikola); Jacaranda (Andica anthelmintica); Caixeta (Tabebuia cassinzoides); Caroba (Jacaranda spp.); Carvalho-brasileiro (Euplassa cantareirae) Guaca (Ecclinusa spp); Guanandi (Calophyllum spp); Guarajuba (Terminalia spp); Guatambu (Aspidosperma olivaceum); Jequitiba branco (Caciniara estellensis); Macaranduba (Manilkara spp); Mingau (Tetrastylidium spp); Mocitaiba (Zollernia spp); Passariuva (Sclerolobium spp); Pau-amargo (Aeschynomene crenata); Pau-de-vinho (Mochysia spp); Pessegueiro-bravo (Ecunus sphaefocarpa); Pindaíba (Duguetia lanceolata); Pombeiro (Citharexylon myrianthum); Sacambu (Platymicium floribundum); Urucurana (Hicobryma alchorneoides), Copaúva (Copaifera trapezifolia).

Medidas pertinentes de controle ecológico e práticas de gestão:

Lei Federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.

Institui o Novo Código Florestal:

Artigo 1º - As florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes do País, exercendo-se os direitos de propriedade, com as limitações que a legislação em geral e especificamente esta lei estabelecem."

Artigo 2º - Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

- d) no topo de morros, montes, montanhas e serras;
- e) nas encostas ou partes destas, com declividade superior a 45º equivalente a 100% na linha de maior declive;

Lei Federal nº 7.803, de 18 de junho de 1989.

Altera a redação da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 e revoga as leis nºs 6535, de 15 de junho de 1978 e 7.511, de 7 de julho de 1986.

Artigo 1º - A Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Artigo 2º -
a) ao longo dos rios, ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima seja:

1) de 30 (trinta) metros para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;

- 2) de 50 (cinquenta) metros para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;
 - 3) de 100 (cem) metros para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;
 - 4) de 200 (duzentos) metros para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;
 - 5) de 500 (quinhentos) metros para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;
- TÍTULO III
- c) nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados "olhos d'água", qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50 (cinquenta) metros de largura;
 - g) nas bordas dos tabuleiros ou chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo em faixa nunca inferior de 100 (cem) metros em projeções horizontais;
 - h) em altitudes superiores a 1.000 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação.

Constituição da República Federativa do Brasil

TÍTULO VIII - Da ordem social

III

CAPÍTULO VI - Do meio ambiente

Artigo 225º.....

Parágrafo 4º.....

A Mata Atlântica, a Serra do Mar e a Zona Costeira, são patrimônio nacional e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais."

TÍTULO IV - O

Decreto Federal nº 99.547, de 25 de setembro de 1990

2669

Disposição sobre a vedação do corte, e da respectiva exploração, da vegetação nativa da Mata Atlântica, e dá outras providências.

Artigo 1º - ficam proibidos, por prazo indeterminado, o corte e a respectiva exploração da vegetação nativa da Mata Atlântica."

Decreto Federal nº 99.556, de 10 de outubro de 1990

Artigo 1º - As cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional constituem patrimônio cultural brasileiro, e, como tal, serão preservadas e conservadas de modo a permitir estudos e pesquisas de ordem técnico-científica, bem como atividades de cunho espeleológico, étnico-cultural, turístico, recreativo e educativo.

Constituição do Estado de São Paulo

"TÍTULO VI - Da ordem econômica

.....
CAPÍTULO IV -Do Meio Ambiente, dos Recursos Naturais e do Saneamento

SEÇÃO I - Do Meio Ambiente

.....
Artigo 196º - A Mata Atlântica, a Serra do Mar, os Vales dos Rios, Ribeira, e as unidades de conservação do Estado são espaços territoriais especialmente protegidos e sua utilização far-se-á na forma da lei, dependendo de prévia autorização e dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente.

.....
Artigo 197º - São áreas de preservação permanente:

.....
II - as nascentes, os mananciais e matas ciliares;
III - as áreas que abriguem exemplares raros da fauna e da flora, bem como aquelas que sirvam como local de pouso ou reprodução de migratórios;

.....
V - as paisagens notáveis;

VI - as cavidades naturais subterrâneas.

Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

"TÍTULO VII - Da ordem econômicas, financeira e do meio ambiente

.....
CAPÍTULO IV -Do Meio Ambiente,

Artigo 266º - São áreas de relevante interesse ecológico, cuja utilização dependerá de prévia autorização dos órgãos competentes, preservados os seus atributos essenciais:

I - As coberturas florestais nativas;

II - A zona costeira

III - O Rio Paraíba do Sul

Constituição do Estado do Espírito Santo.

Artigo 1869

IV - Estimular e promover o reflorestamento com espécies nativas em áreas degradadas, objetivando, especialmente, a proteção de encostas e de recursos hídricos, bem como a manutenção de índices mínimos de cobertura vegetal.

Artigo 1899 - Os proprietários rurais ficam obrigados a preservar ou a recuperar com espécies florestais nativas um por cento ao ano do solo de sua propriedade, até que atinja o limite mínimo de vinte por cento.

Artigo 1909 - O Poder Público poderá estabelecer, para fins de proteção de ecossistemas, restrições de uso de áreas particulares que serão averbadas no registro

de imóveis imobiliário.

Parágrafo 19 - O Estado, na forma da lei, estabelecerá incentivos aos proprietários de áreas alcançadas pela restrição prevista neste artigo e pela obrigação constante do artigo anterior.

19.c. Tipo de

Parágrafo 20 - As terras particulares cobertas com florestas nativas receberão, na forma de lei, incentivos do Estado segundo a demissão da área conservada, e seu proprietário terá prioridade na concessão de crédito.

Altitude

elevação
realizadas
do lugar

Resolução 03/91 do Conselho Estadual de Cultura.

Aprova o tombamento da Mata Atlântica e seus ecossistemas Associados no Estado do Espírito Santo.

unidade

Constituição do Estado de Minas Gerais.

Estabelece: preservação da diversidade e integridades do patrimônio genético; proteção de áreas naturais; proteção da flora e fauna; proteção da Mata Atlântica e Proteção de áreas específicas.

19.b. Tipo de habitat:

DISTRIBUIÇÃO
Regional Local

Floresta Subcaducifolia Subtropical com Araucaria

Ocorre com as mesmas espécies ou semelhantes às indicadas na Floresta Perenifolia Higrófila Costeira. Sua ocorrência está ligada não só a um clima mais ameno, como a solos mais ricos e profundos. Estruturalmente é constituída de um

estrato superior dominado pelo Pinheiro (*Áraucaria angustifolia*), com uma altura média de 30 metros, sob o qual surge um outro estrato arbóreo, com elementos de cerca de 20 metros de altura onde predominam Mirtáceas, Lauráceas e Leguminosas e finalmente um estrato arbustivo-herbáceo, onde sobressaem Mirtáceas, compostas, Melastomatáceas, Mirsináceas, Ciperáceas, Oxalidáceas, Verbenáceas e Solanáceas. Dois fetos arborescentes sobressaem nessa floresta: o xaxim (*Dicksonia sellowiana* e *Alsophila elegans*). Conta-se ainda uma riqueza em epífitas, representadas sobretudo por Bromeliáceas, Orquidáceas, Gesneriáceas e Polipodiáceas. O grau de umidade em certos pontos é traduzido pela presença de musgos.

Espécies:

Pinheiro Brasileiro (*Áraucaria angustifolia*). Ocorre com as mesmas espécies ou semelhantes as indicadas na Floresta Perenifólia Higrofólia Costeira

Medidas pertinentes de controle ecológico e práticas de gestão:

Aplicam-se as mesmas medidas descritas no item anterior - 10.a.

10.c. Tipo de habitat:

DISTRIBUIÇÃO
Regional Local

10.d. Tipo de habitat:

Campo de Altitude

As elevações superiores a 180 metros e em linhas de cumeadas localizadas, acima desta cota, as matas nebuladas localizadas dão lugar a formações chamadas de campo de altitude, campo alti-montanos ou campos de cimeira. São caracterizados por uma ruptura na seqüência natural das espécies das formações filofisionômicas que os precedem: a mata nebular e a mata pluvial costeira. As comunidades florísticas, próprias desses locais, são influenciadas por variações particularíssimas dos fatores ecológicos abióticos na região, característica importante dos campos de altitude é o fato destes abrigarem numerosos casos de endemismos, tanto de habitat quanto de endemismo de biotopos. As formações, mais significativas estão restritas às Serras da Borana, Orgãos, Desengano e Serra da Mantiqueira.

A vegetação característica é formada por comunidades de gramíneas mesófilas altas, em certos lugares com caracter xerófilo interrompidas por pequenas charnecas. Frequentemente nas maiores altitudes ocorrem topos planos ou picos rochosos como o das Agulhas Negras.

A vegetação predominante é constituída por plantas das famílias Gramíneas, Ciperáceas, Melastomataceas, Eriocaulaceas, Diogeráceas, espécies terrestres de Orquidáceas Compostas, Poligalaceas, Verbanaceas, Iridáceas e Lipodiaceas. As Eriocaulaceas tem interesse fitogeográfico especial por serem tipos filogeneticamente muito antigos e isolados.

Espécies:

Capim-de-anta (*Cortaderia modesta*), *Chusquea pinifolia*, *Prepusa hookeriana*, *Lycopodium clavatum*, *Stephania amacrounonta*, *Baccharis ciliata*, *Baccharis platipoda*, *Chaptalia zuncinata*, *Oxyptalum regnellii* e *Uniesia pandalis*.

MEDIDAS PERTINENTES DE CONTRÔLE ECOLÓGICOS E PRÁTICOS DE GESTÃO:

Lei Federal nº 4771 de 15.09.65 - Institui o Novo Código Florestal - Art 2º

Lei Federal nº 7803 de 18.06.79 - Altera Redação da Lei 4771 de 15.09.65

Art. 2º.....

b) Em altitudes superiores a 1800 metros qualquer que seja a vegetação.

o Novo Código

10.d. Tipos de habitat:

DISTRIBUIÇÃO Regional Local

Restingas litorais do Pa

Formação vegetal típica de terrenos arenosos composta por comunidades vegetais bem diversas, como campos baixos de gramíneas, mata fechada de até 12 metros de altura ou brejos com densa vegetação aquática.

A vegetação das restingas apresenta zonas bem definidas. A complexidade das comunidades aumenta na medida em que estão mais distantes do oceano e a composição florística é determinada pelos fatores ambientais locais, como a topografia, a proximidade do mar, as condições do solo, a profundidade do lençol freático, bem como pelas diferentes inter-relações biológicas entre os componentes das diferentes comunidades. São consideradas áreas de extensão de espécies animais e vegetais característicos de outros ecossistemas, que nelas ocorrem em razão da diversidade das condições físicas que apresentam.

No geral a vegetação da restinga apresenta indivíduos com folhagem miúda e densa, muitas vezes coriáceas, nas áreas onde se apresentam agrupadas, enquanto que nas partes onde a vegetação é desramada, a folhagem é reduzida. O sistema radicular é geralmente ramificado quase que à superfície, permitindo a retenção de maior umidade.

Devido às condições de localização e principalmente de topografia, este habitat encontra-se bastante alterado, a nível nacional.

Espécies:

Abricô-da-praia (Labramia bojeri); Açarogoba (Hydrocotyle umbellata); Algodoeiro-da-praia (Hibiscus biliaceus); Alternanthera marítima; Ananás (Ananas bracteatus); Aroeira-pimenteira (Schinos terebentifolius); Assa-peixe (Boehmeria platyphylla); Barba-de-boi (Remirea marítima); Babosa-de-pau (Philodendron martianum); Brejaúva (Astrocacium aculeatissimum); Cactus (Cereus spp); Caeté (Maranta spp); Capotiraguá (Iresine portulacoides); Caraguatá (Bromélia spp); Comandaiba (Sophora tomentosa); Gravatá (Aechmea spp, Neoregelia spp e Quesnelia); Imbé (Philodendron spp); Indaiá (Attalea spp); Jacatirão (Miconia spp); Jerivá (Arecastrum romansoffianum); Orquidea-da-praia (Epidendrum moseri); Orelha-de-onça (Iibouchina holosericea); Suinã (Ecythria speciosa); Tapiá (Alchornea sidaefolia); Timbó (Paullinia trigonia); Tucum (Bactris lindmaniana).

Medidas pertinentes de controle ecológico e práticas de gestão:

e ocasionalmente mais

de acordo com a Lei Federal nº 14.771, de 15 de setembro de 1965.

Instituto Novo Código Florestal.

forma na cordão de bar

grandes áreas demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens do interesse comum a todos os habitantes do País, exercendo-se o direito de propriedade, com as limitações que a legislação em geral e especificamente esta lei estabelecem."

"Artigo 20 - Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

f) nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;"

- Constituição da República Federativa do Brasil

TÍTULO VIII - Da Ordem Social

CAPÍTULO VI - Do Meio Ambiente

Artigo. 255: 1.º As áreas de preservação ambiental e as unidades de conservação de relevante interesse ambiental, criadas e mantidas pelo Poder Público, em qualquer esfera de governo, constituem patrimônio ambiental nacional e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais."

Constituição do Estado de São Paulo

"CAPÍTULO IV - Do Meio Ambiente, dos Recursos Naturais e do Saneamento

SEÇÃO I - Do Meio Ambiente

Artigo 196 -... a Zona Costeira, o complexo Estuarino Lagunar entre Iguape e Cananéia... e as unidades de conservação do Estado são espaços territoriais especialmente protegidos e sua utilização far-se-á na forma da lei, dependendo de prévia autorização e dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente.

Artigo 197 - São áreas de preservação permanente:

.....

IV - as áreas estuarinas:"

10.e. Tipo de habitat:

DISTRIBUIÇÃO
Regional Local

Lagoa

Corpos de água doce predominantemente presentes nas restingas e ocasionalmente mais para o interior em regiões onde o padrão de drenagem é caracterizado pelo escoamento difuso.

No Espírito Santo ao longo do litoral uma faixa de restinga forma um cordão de barragem que obriga pequenos rios a percorrerem grandes extensões paralelas ao mesmo, formando lagos num sistema de vasos comunicantes. Em consequência, originou-se para o interior uma extensa área de patamares semeada de lagoas.

Espécies

Acrostichum aureum, *Iypha dominicensis*, *Cladium jamaicense*, *Eriochloa spadicis*, *Echinochloa mutata*, *Scirpus californicus*, *Scirpus olneyi*, *Scirpus robustus*, *Spartina alterniflora*, *S. densiflora*, *Paspalum vaginatum*, *Echinochloa sp.*, *Sesuvium portulacastrum*, *Racopa monnieri*, *Juncus acutus*, *Salicornia gaudichandiana*, *Criouin sp.*

Medidas permanentes de controle ecológico e práticas de gestão:

Lei Federal nº 4.771, de 16 de setembro de 1965.

Artigo 29 - Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

- a) ao longo dos rios ou de outro qualquer curso d'água, em faixa marginal cuja largura mínima será:
 - 1 de 30 (trinta) metros para os rios de menos de 10 (dez) metros de largura;
 - 2 de 50 (cinquenta) metros para os cursos que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;
 - 3 de 100 (cem) metros para os cursos d'água que meçam entre 50 (cinquenta) e 100 (cem) metros de largura;
 - 4 de 150 (cento e cinquenta) metros para os cursos d'água que possuam entre 100 (cem) e 200 (duzentos) metros de largura;
 - 5 igual a distancia entre as margens para os cursos

d'agua com largura superior a 200 (duzentos) metros;

b) ao redor das lagoas, lagos e reservatórios d'agua naturais ou artificiais.

Modificado pela Lei nº 7.803 de 18 de julho de 1989.

Artigo 20 a)

4 de 200 (duzentos) metros para cursos d'agua que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;

5 de 500 (quinhentos) metros para cursos d'agua que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros.

Constituição do Estado do Espírito Santo

Artigo 247º - A Ilha oceânica de Trindade, o arquipelago de Martin Vaz, a lagoa Juperanã, o delta do rio Doce e a ilha dos Franceses são considerados patrimônio do Estado e terão suas características ecológicas preservadas, condicionada sua exploração a prévia autorização dos órgãos competentes.

10.f. Tipo de habitat:

Mangues

Os manguezais representam comunidades vegetais adaptadas a condicionantes climáticos atuantes nas zonas costeiras, geograficamente distribuídas entre latitudes inter-tropicais. Sua ocorrência está intimamente ligada aos solos lodosos, oriundos da deposição de sedimentos finos nos fundos de baías e nos estuários, sujeitos à influência das águas salobras.

O meio onde ocorrem é bastante salino em função da oscilação das marés, com baixos teores de oxigênio bastante instável, de topografia suave com presença de canal de escoamento com foz em delta ou em estuário em faixas litorânea de baixa energia.

As espécies existentes são em número reduzido e estão adaptadas a se desenvolver neste tipo de meio. São comuns as raízes adventícias que servem de fixadores ao solo lodoso, os pneumatóforos, que são órgãos especiais para absorção de oxigênio, as folhas coriáceas que evitam a transpiração excessiva e a manutenção de pressão osmótica interna tal que evita a perda de água para o meio externo.

É um sistema que produz grande quantidade de matéria orgânica que é carregada pela maré para outras áreas e também serve como filtro biológico.

A fauna existente é dividida em dois grandes grupos: o primeiro é constituído por animais marinhos que vivem toda sua fase adulta nos mangues, principalmente moluscos e crustáceos; o segundo grupo é constituído por vários animais que se utilizam do mangue durante sua fase juvenil, assim como vários peixes que invadem os manguezais na maré alta.

Não obstante, os manguezais foram dizimados no período colonial para sua utilização como lenha. Ainda hoje estas práticas persistem e a situação de destruição é agravada por serem estes locais avidamente procurados para projetos de loteamentos que se realizam mediante obras de aterro e drenagem.

Espécies:

Mangue-vermelho (Rhizophora mangle), Mangue-siriuba (Avicennia tomentosa); Mangue-branco (Laguncularia racemosa); Algodão-da-praia (Hibiscus tiliaceus); Samambaia (Acrostichum spp).

Medidas pertinentes de controle ecológico e práticas de gestão:

Aplicam-se as mesmas medidas descritas no item anterior 10.c., e também:

Constituição do Estado de São Paulo

*CAPÍTULO IV - Do Meio Ambiente, dos Recursos Naturais e do Saneamento
SEÇÃO I - Do Meio Ambiente

.....
Artigo 197 - São áreas de preservação permanente:
.....

I - os manguezais

Constituição do Estado do Rio de Janeiro

CAPÍTULO VIII - DO MEIO AMBIENTE

Artigo 265 - São áreas de preservação:

II - as praias, vegetação de restingas quando fixadoras de dunas, as dunas, costões rochosos e as cavidades naturais subterrâneas - cavernas;

Artigo 266 - São áreas de relevante interesse ecológico, cuja utilização dependerá de prévia autorização dos órgãos competentes, preservados seus atributos essenciais.

II - a zona costeira

IV - a Ilha Grande

V - a Baía de Guanabara

VI - a Baía de Sepetiba

Constituição do Estado do Espírito Santo. ?

10.9. Tipo de habitat:

DISTRIBUIÇÃO
Regional Local

Praias

A ocorrência de vegetação está ligada aos solos arenosos litorâneos, sob a influência das marés, estando submetida à ação da salinidade. Por todo litoral a vegetação das praias se apresenta mais ou menos uniforme, quer fisionômica quer florísticamente.

Começa a aparecer na faixa atingida pela maré alta. Na zona onde as ondas só chegam esporadicamente, aparece vegetação de porte herbáceo na forma de tufos. Onde as ondas só atingem nas ocasiões de grandes marés, apesar de a composição ainda ser pobre, o número de elementos é bem maior. O porte ainda é predominantemente herbáceo, porém mais desenvolvido, começando a surgir os primeiros subarbustos. Finalmente, onde a água do mar não chega, surgem os arbustos, onde também são encontradas orquídeas, bromélias e cactáceas, que se individualizam na paisagem por suas formas e pela beleza de suas flores.

Espécies:

-Inesine portulacoides; Capim-da-areia (Panicum racemosum); Grama-da-praia (Sporobolus virginicus); Campim-da-praia (Stenotaphrum secundatum); Pinheiro-da-praia (Remirea maritima); Salsa-da-praia (Ipomea pes-caprae); Erva-capitão (Hydrocotyle umbellata); Guriri (Allagoptera arenaria); Macã-da-praia (Chrysobalanus spp.); Feijão-da-praia (Canavalia obtusifolia); Mangue-da-praia (Scaevola plumieri); Carrapicho (Acicnaha spathulata).

Medidas pertinentes de controle ecológico e práticas de gestão:

Aplicam-se as mesmas medidas descritas no item 10.f.

10.h. Tipo de habitat:

DISTRIBUIÇÃO Regional Local

Dunas

Geralmente as dunas aparecem logo após as praias, em direção ao interior, condicionada à presença de estrutura arenosa grosseira e a ventos de direção constante. A vegetação tem papel importante em seu desenvolvimento e, particularmente, em sua fixação.

Constitui um meio extremamente arenoso e móvel, sob intenso calor e sob a influência constante dos ventos, onde só conseguem se estabelecer plantas pouco exigentes e portadoras de uma série de adaptações.

O estabelecimento da vegetação se dá nos períodos mais úmidos, muitas vezes, entretanto sendo soterrada pela ação do vento. Sua fixação é fato soberantemente importante, pois a movimentação das mesmas tem acarretado problemas para as populações locais, o que é agravado pela retirada de sua vegetação.

Espécies:

Inesine portulacoides, Spartina piliata, Salsa de praia Ipomea pes-caprae, Pinheiro da praia Remirea maritima, Grama de praia Sporobolus virginicus, Feijão de praia Canavalia obtusifolia, Pitanga Eugenia pitanga, Allagoptera arenaria

Medidas pertinentes de controle ecológico e práticas de gestão:

Aplicam-se as mesmas medidas descritas no item 10.f.

10.i. Tipo de habitat:

DISTRIBUIÇÃO
Regional Local

Mar Interior

Área marítima com influência dos mangues e marismas próximas, sujeita a correntes decorrentes do movimento das marés, que serve de abrigo a fauna aquática e é visitada por aves marinhas. É muito utilizada pela população caçara para a pesca, onde são construídas armadilhas denominadas localmente de cercos.

Junto às porções de terra caracteriza-se como marisma ou pantano costeiro. Os marismas são resultantes de milhares de anos de nível marinho descendente e dos últimos séculos e décadas de nível marinho ascendente havendo inicialmente um avanço generalizado das costas e a seguir um processo de recuo ficando a maior parte das costas arenosas e eventualmente lamosas formando as planícies litorâneas quaternárias que molduram o atual lagamar.

Flora e fauna características apresentando alto grau de adaptações evolutivas e são de origem tanto marinha como de água doce e terrestre. São sistemas ecológicos dinâmicos abertos, importante para a produtividade com temperaturas e salinidades variáveis, alta turbidez e características topográficas e de superfície irregulares. Entre os vegetais se destacam nas pradarias submersas as gramíneas como o *Paspalum*, *Spartina* e o *Junco*. Frequentam suas margens os jacarés, pacas e capivaras e nas águas a tainha (*Mugil spp*) manjuba e o pitu (camarão de água-doce). Rico em fito e zooplâncton, e a microfauna bentônica.

Espécies:

Camarões de água doce que desovam no estuário: pitu (*Macrobrachium carcinus*); camarão verdadeiro (*Macrobrachium acanthurus*); camarão-de-pata-grossa (*Macrobrachium hirtum*); camarão-de-pata-fina (*Macrobrachium petrinium*); camarões de água salgada (*Macrobrachium spp*); camarão (*Penaeus paulensis*); polvo (*Octopus spp*); lula (*Loligo brasiliensis*); mexilhão (*Perna, perna*); ostra (*Cassostrea spp*); tainha (*Mugil spp*); robalo (*Centropomus undecimalis*); bagre (*Lachniscus spp*); badejo (*Mycteroperca spp*); manjubas (*Engraulis Anchoviella spp* e *Anchova spp*); botos (*Platanistídeos e Delphinídeos*).

Medidas pertinentes de controle ecológico e práticas de gestão:

Aplicam-se as mesmas medidas descritas no item 10.f. referente à Constituição Federal e à Constituição do Estado de São Paulo.

10.j. Tipo de habitat:

DISTRIBUIÇÃO
Regional Local

Mar

A área abrange uma faixa marinha de largura e profundidade variável até o limite da cota batimétrica de 40 metros. O fundo marinho é essencialmente arenoso com presença de baixios marinhos

gnáissicos e bolsões de lama em áreas restritas.

Rico em algas calcáreas, flora e fauna bentônicas, com gradual empobrecimento da ictiofauna.

Espécies

Cithemalus bisinuatus; *Crassostrea rhizophoral*; *Bostrychia radicans*.

Medidas pertinentes de contróle ecológico e práticas de gestão. Código de Pesca - Decreto-Lei nº 221 de 28 de fevereiro de 1967. E demais medidas relacionadas ni ítem 10.f.

11. FINALIDADE DA RESERVA DE BIOSFERA

(Traçar um círculo ao redor do número apropriado; o número 5 é o valor mais elevado)

- Conservar ecossistemas naturais, pouco descaracterizados: 5 4 3 2 1 0
- Proporcionar bases jurídicas ou administrativas para a proteção e a gestão dos recursos: 5 4 3 2 1 0
- Conservar in situ recursos genéticos específicos: 5 4 3 2 1 0
- Efetuar pesquisas experimentais orientadas até a solução dos problemas vinculados à ordenação e conservação dos ecossistemas: 5 4 3 2 1 0
- Vigiar a longo prazo o meio ambiente: 5 4 3 2 1 0
- Fomentar o planejamento regional e o desenvolvimento rural integrado: 5 4 3 2 1 0
- Fomentar a participação local no aproveitamento e na ordenação do uso da zona: 5 4 3 2 1 0
- Fomentar a educação e a formação ambiental: (da população local e dos visitantes) 5 4 3 2 1 0
- Gerar e partilhar conhecimentos relativos à conservação e à gestão da biosfera: 5 4 3 2 1 0

12. INTERESSE PARA A CONSERVAÇÃO:

12.1. Espécies de particular interesse para a conservação.

12.1.a. Espécies vegetais ou animais do "Livro vermelho" em perigo ou ameaçadas.

Fauna em extinção (Portaria nº 1.522, de 19 de dezembro de 1989) da Mata Atlântica (Bernardes et al, 1990). Esta listagem oficial das espécies ameaçadas de extinção no Brasil é usualmente utilizada como fonte do "Livro vermelho" e deverá constar de sua próxima edição.

* Endêmicos à Mata Atlântica presente na região.

** Endêmicos à região da Reserva da Biosfera proposta.

1.0 - Mammaliae.

1.1 - Primatescan.

* *Alouatta fusca* (E. Geoffroy, 1812).

Família CEBIDAE. Nome popular: barbado, guariba, bugio.

* *Brachyteles arachnoides* (E. Geoffroy, 1806)

Família CEBIDAE. Nome popular: muriqui, mono-carvoeiro.

* *Callicebus personatus* (E. Geoffroy, 1812)

Família CEBIDAE. Nome popular: guigó, sauaí.

* *Callifbryx aurita* Humboldt, 1812

Família CALLITRICHIDAE: Nome popular: sagui-da-serra-escuro.

* *Callithrix flaviceps* Thomas 1903

Família CALLITRICHIDAE: Nome popular: sagui-da-serra.

** *Leontopithecus rosalia* Linnaeus, 1766

Família CALLITRICHIDAE: Nome popular: micro-leão-dourado

1.2. - Carnívora

Chrysocyon sp

Família CANIDAE. Nome popular: lobo guará.

Canis sp

Família MUSTELIDAE: Nome popular: cangambá

Eira sp

Família MUSTELIDAE: Nome popular: taca

Felis concolor (Linnaeus, 1771)

Família FELIDAE. Nome popular: suçuarana, onça-parda.

Felis geoffroyi

Família FELIDAE. Nome popular: gato do mato.

Felis pardalis (Linnaeus, 1758)

Família FELIDAE. Nome popular: jaguatirica, gato-do-mato.

Felis tigrina (Schreber, 1775)

Família FELIDAE. Nome popular: gato-do-mato.

Felis wiedii (Schinz, 1921)
Família FELIDAE. Nome popular: gato-do-mato, maracajá.

Galictis sp
Família MUSTELIDAE. Nome popular: furão.

Lutra longicaudis (Olfers, 1818)
Família MUSTELIDAE. Nome popular: lontra.

Nasua sp
Família PROLINIDAE. Nome popular: quatá.

Panthera onca (Linnaeus, 1758)
Família FELIDAE. Nome popular: onça-pintada, pintada, canguçu, onça-canguçu, jaguar-canguçu.

Pteronura brasiliensis (Gmelin, 1788)
Família MUSTELIDAE. Nome popular: ariranha.

Potos sp
Família PROCIONIDAE. Nome popular: jagupá

Procyon sp
Família PROCIONIDAE. Nome popular: guaraximim ou mão pelada

Pteronura brasiliensis (Gmelin, 1788).
Família MUSTELIDAE. Nome popular: ariranha

Speothus sp
Família CANIDAE. Nome popular: cachorro-do-mato-vinagre.

1.3. Xenarthra

Bradypus torquatus Desmarest, 1816
Família BRADYPODIDAE. Nome popular: preguiça-de-coleira

Myrmecophaga tridactyla (Linnaeus, 1758)
Família MYRMECOPHAGIDAE. Nome popular: tamanduá-bandeira.

Reiodontes maximus (Kerr, 1792)
Família DASYPODIDAE. Nome popular: tatu-canastra, tatuacu, tatu-bola.

1.4. Rodentia

Abrawayaomys kuschi
Nome popular: rato-do-mato.

Kunsia tomentosus
Nome popular: rato-do-mato.

Phaenomys ferrugineus
Nome popular: rato-do-mato.

Rhagomys rufescens
Nome popular:

Chaetomys subspinosus
Nome popular: ouriço-preto.

2.0. Aves

2.1. Tinamiformes

* *Crypturellus noctivagus* (Wied, 1820)
* Família TINAMIDAE. Nome popular: jaó-do-sul, zabelê, juô.

Família CRACIDAE

Nothura minor (Spix, 1825)

* Família TINAMIDAE. Nome popular: codorna-mineira,
codorna-buraqueira, buraqueira

Família CRACIDAE

* *Tinamus solitarius* (Vieillot, 1819)

* Família TINAMIDAE. Nome popular: Macuco, macuca.

Família CRACIDAE

2.2. Ciconiiformes

* Família CRACIDAE

* *Eudocimus ruber* (Linnaeus, 1758).

* Família THRESKIORNITHIDAE. Nome popular: guará

* *Icigrisoma fasciatum* (Such, 1825)

* Família ARDEIDAE. Nome popular: socó-hoi

Família ARDEIDAE

2.3. Falconiformes

* Família CRACIDAE

* *Accipiter polioogaster* (Temminck, 1824)

* Família ACCIPITRIDAE. Nome popular: Tayatô-pintado,
gavião-pombo-grande.

Falco deileoleucus (Temminck, 1825)

* Família FALCONIDAE. Nome popular: Falcão-de-peito-vermelho.

Harpia harpyja (Linnaeus, 1758)

* Família ACCIPITRIDAE. Nome popular: gavião-real,
gavião-de-penacho.

Leucopternis lacerulata (Temminck, 1827)

* Família ACCIPITRIDAE. Nome popular: gavião-pomba.

Leucopternis polioptila (Kamp, 1847).

* Família ACCIPITRIDAE. Nome popular: gavião-pomba.

Morphnus guianensis (Daudin, 1800)

* Família ACCIPITRIDAE. Nome popular: gavião-de-penacho,
gavião-falso.

Salicinctus melanoleucus (Vieillot, 1816)

* Família ACCIPITRIDAE. Nome popular: gavião-preto, apacamim,
gavião-pato.

2.4. Anseriformes

* *Mergus colasetaeus* (Vieillot, 1817)

* Família ANATIDAE. Nome popular: pato-mergulhão.

2.5. Galliformes

- * *Crax blumenbachii* Spix, 1825
Família CRACIDAE. Nome popular: mutum-do-sudeste.
- * *Penelope obscura bronzina* (Hellmayr, 1914)
Família CRACIDAE. Nome popular: jacuguassu, Jacuagu.
- * *Pipile jacutinga* (Spix, 1825)
Família CRACIDAE. Nome popular: jacutinga.
ra-gigante.

2.6. Columbiformes

- * *Claravis godfrida* (Temminck, 1811)
Família COLUMBIDAE. Nome popular: pararu, pomba-de-espelho.
2.19. Apodiformes.

2.7. Psittaciformes

- ** *Amazona brasiliensis* (Linnaeus, 1758)
Família PSITTACIDAE. Nome popular: papagaio-de-cara-roxa,
Chauá-bodo, dobr.
Família TROCHILIDAE
- * *Amazona pretrei* (Temminck, 1830)
Família PSITTACIDAE. Nome popular: chorão, charão,
papagaio-da-serra, serçano.
Cassidix kops.
- * *Amazona rhodocorytha* (Salvadori, 1890)
Família PSITTACIDAE. Nome popular: chauá-verdadeiro.
Coccyz corus galea.
- * *Amazona vinacea* (Kuhl, 1820)
Família PSITTACIDAE. Nome popular: papagaio-de-peito-roxo,
papagaio-caboclo, papagaio-curraleiro, jurueba.
DALBULIDAE
- * *Bucchus cruentata* (Wied, 1820)
Família PSITTACIDAE. Nome popular: tiriba, fura-mato,
cara-suja.
ra moes
- * *Bucchus leucotis* (Kuhl, 1820).
Família PSITTACIDAE. Nome popular: fura-mato,
tiriba-de-orelha-branca.
ANNIDAE
- * *Triclonia malachitacea* (Spix, 1824)
Família PSITTACIDAE. Nome popular: sabiá-cica, aracu-aiava.
TITIDAE
- * *Tonit melanonota* (Wied, 1820).
Família PSITTACIDAE. Nome popular: apuim-de-cauda-vermelha.
- * *Tonit surda* (Kuhl, 1820)
Família PSITTACIDAE. Nome popular: apuim-de-cauda-amarela.
- * *Triclonia malachitacea* (Spix, 1824).
Família PSITTACIDAE. Nome popular: sabiá-cica, aracu-aiava.

2.8. Cuculiformes

- * *Neomorphus geoffroyi dulcis* (Sneathlage, 1927)
Família CUCULIDAE. Nome popular: aracuaõ, jacu-molambo,
jacu-porco, jacu-verde, jacu-taquara.

2.9. Caprimulgiformes

- * *Macropsalis creagra* (Bonaparte, 1850)
Família CAPRIMULGIDAE. Nome popular: bacurau,
tesoura-gigante.

Nyctibius leucopterus (Wied, 1821)
Família NYCTIBIIDAE. Nome popular: bacurau

2.10. Apodiformes

Bhaethornis superciliosus-margarittae
Família TROCHILIDAE. Nome popular: Beija-flor

Rhamphodon dohrnii (Bourcier & Mulsant, 1852)
Família TROCHILIDAE. Nome popular: Beija-flor

2.11. Piciformes

Campephilus robustus (Lichtenstein, 1819)
Família PICIDAE. Nome popular: pica-pau-rei.

- * *Dryocopus galeatus* (Temminck, 1822)
Família PICIDAE. Nome popular: pica-pau-de-cara-amarela.

Jacamaralcyon tridactyla (Vieillot, 1817)
Família GALBULIDAE. Nome popular: cuitelão, bicudo, violeiro.

2.12. Passeriformes

Amaucospiza moesta (Hartlaub, 1853)
Família EMBERIZIDAE. Nome popular: negrinho-do-mato.

Alecturus cisocia (Vieillot, 1818)
Família TYRANNIDAE. Nome popular: galito, tesoura-do-campo.

Anthus nattereri (Sclater, 1878)
Família MOTACILLIDAE. Nome popular: caminheiro-grande.

Colaptes cristata (Vieillot, 1818)
Família COTINGIDAE. Nome popular: tietê-de-coroa

Coronis melanocephalus (Wied, 1820)
Família COTTIGIDAE. Nome Popular: sabia-pimenta.

Siphonopsis dendrococcolaptoides (Pelzenln, 1859)
Família FURNARIIDAE.

Caliga maculata (Müller, 1776)
Família COTTINGIDAE. Nome popular: Crejoá, gruruá

* *Dacnis nigripes* (Pelzelin, 1856)
Família EMBERIZIDAE. Nome popular: sai-de-pernas-pretas.

Formicivora erythronotos Hartlaub, 1852
Família FORMICARIDAE

Hemitriccus aenigma (Zimmer, 1940)
Família TYRANNIDAE. Nome popular: Para-moscas-estrela

Hemitriccus furcatus (Lafresnaye, 1846)
Família TYRANNIDAE. Nome popular: papa-moscas-estrela

Idoppleura pipra (Lesson, 1831)
Família COTTINGIDAE. Nome popular: anambezinho

* *Lipaugus lanioides* (Lesson, 1844)
Família COTTINGIDAE. Nome popular: sabiá-da-mata-virgem,
sabiá-do-mato-grosso, sabiá-da-serra, virussu,
tropeiro-da-serra.

Myadeste leucogenys-leucogenys (Cabanis, 1851)
Família TURDIDAE. Nome popular: sabiá-castanho

Myrmeciza ruficanda (Wied, 1831)
Família FORMICARIDAE

Nemosia rourei (Cabanis, 1870)
Família EMBERIZIDAE. Nome popular: saíra-apunhalada

Oryzoborus maximiliani (Cabanis, 1851)
Família EMBERIZIDAE. Nome popular: bicudo, bicudo-verdadeiro,
bicudo preto.

Myrmothercula minor (Salvadori, 1867)
Família FORMICARIDAE. Nome popular: rhesuinha.

* *Phibolara flavirostris* (Vieillot, 1816)
Família COTTINGIDAE. Nome popular: tessourinha.

* *Piprites pileatus* (Temminck, 1822)
Família COTTINGIDAE. Nome popular: cameleirinho-de-chapéu-
preto, Pavão, pavó.

* *Platyrinchus leucorhynchus* (Wied, 1831)
Família TYRANNIDAE. Nome popular: patinho-gigante.

Pyroderus scutatus scutatus (Shaw, 1792)
Família COTTINGIDAE. Nome popular: pavoá, pavão, pavó,
pavão-do-mato.

Spicophila falcinostis (Temminck, 1820)
Família EMBERIZIDAE. Nome popular: papa-caia,
cigarra-verdadeira.

Stenophila frontalis (Verreaux, 1869)
Família EMBERIZIDAE. Nome popular: pichocho, papa-arroz.

Thamnomanes plumbens (Wied, 1821)
Família FORMICARIIDAE

Thripophaga macroura (Wied, 1821)
Família FURNARIIDAE. Nome popular: rabo-amarelo

Xipholena atropurpurea (Wied, 1820)
Família COTINGIDAE. Nome popular: anambé-de-asa-branca,
cotinga, ferrugem

3.0. Reptilia

3.1. Chelonia

Chelonia mydas (Linnaeus, 1758).
Família CHELONIDAE. Nome popular: tartaruga-verde.

Desmochelys coriacea (Linnaeus, 1758)
Família DERMOCHELYIDAE. Nome popular: tartaruga-de-couro,
tartaruga-gigante, tartaruga-de-pele.

Eretmochelys imbricata (Linnaeus, 1766)
Família CHELONIDAE. Nome popular: tartaruga-de-pente.

Rhynchos bogei (Mertens, 1947)
Família CHELYDAE. Nome popular: cágado

3.3. Crocodilia

* *Caiman latirostris* (Daudin, 1802).
Família CROCODILIDAE. Nome popular: jacaré-de-papo-amarelo.

3.4. Squamata

Lachesis muta rhombata (Wied, 1825)
Família VIPERIDAE. Nome popular: surucucu-pico-de-jaca

4.0. Amphibia

Pseudopaludicola baigiae (Crochran, 1938)
Família LEPTODACTYLIDAE

5.0. Insecta

5.1. Lepidoptera - Borboletas

Dasycypha vertebalis (Butler, 1869)
Família NYMPHALIDAE

* *Moschoneura methymna* (Godart, 1819)
Família PIERIDAE.

- * *Eurpilides iphitas* (Hübner, 1821)
Família PAPILIONIDAE
- * *Eurpilides lysithous harrisianus* (Swainson, 1822)
Família PAPILIONIDAE
- Heliconius nattearri* (Felder & Felder, 1865)
Família NYMPHALIDAE
- Hyalopris franmetta* (Hewitson, 1852)
Família NYMPHALIDAE
- * *Hyalopris leptalina leptalina* (Felder & Felder, 1865)
Família NYMPHALIDAE
- Hypolemia fallens* (Haensch, 1905)
Família NYMPHALIDAE
- Melinae annasias* (Hewitson, 1855)
Família NYMPHALIDAE
- Moschoneura nethymna* (Godart, 1819)
Família PIERIDAE
- Ocrobrossolis ornamentalis* (Stiche!, 1906)
Família NYMPHALIDAE
- Papilio himeros himeros* Hpffer, 1866)
Família PAPILIONIDAE
- Parides ascanius* (Cramer, 1775)
Família PAPILIONIDAE
- Pertby flava* (Oberthur, 1895)
Família PIERIDAE

5.2. Odonata-Libélulas

- Neostogaster asticta* (Selys, 1860)
Família PSEUDOSTIGMATIDAS
- Neostogaster pronoti* (Sjoestedt, 1918)
Família PSEUDOSTIGMATIDAS

12.1.b. Espécies vegetais existentes na área da Mata Atlântica oficialmente consideradas em vias de extinção.

(Portaria nº 303, de 29/05/1968, e nº 093/80-P de 05/02/1980, do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF).

PALMAE

Acanthococcus emensis var. *emensis* Toledo (São Paulo).

GENTIANACEAE

Prepusa hookeriana Gardner (Rio de Janeiro).

MELASTOMACEAE

Lavoisiera itambana De Candolle (Minas Gerais).

MALVACEAE

Boothea alnifolia Garcke (Rio de Janeiro).

RUBIACEAE

Fernandesa itatiaiana Baker (Rio de Janeiro).

ORCHIDACEAE

Cattleya acilandiae Lindley (Bahia e Espírito Santo).

Cattleya jongheana Reichbark (Minas Gerais).

Cattleya schilleriana Reichbark (Leste brasileiro).

Laelia grandis Lindley (Bahia e Espírito Santo).

Laelia purpurata Lindley (Sul brasileiro até São Paulo).

Laelia tenebrosa Rolfe (Bahia e Espírito Santo).

Laelia xanthina Lindley (Bahia e Espírito Santo).

AMARILLIDACEAE

Worsleya kayneri Schl (Rio de Janeiro).

Espécies vegetais da Mata Atlântica raras ou ameaçadas de extinção (Relação preliminar e incompleta, Projeto WWF Brasil-3310, dezembro 1990) que não constam da Portaria nº 303 do IBDF.

DICKSONIACEAE

Diksonia sellowiana (Presl.) Hooker.

MORACEAE

Brosimum glaucum Taubert.

Brosimum glaziovii Taubert.

Dorstenia howmaniana Baker.

Dorstenia caucasia Vell.

Dorstenia elata W. J. Hook.

Dorstenia ficus Vell.

Dorstenia fischeri Bureau.

Dorstenia nanosa (Desv.) Car et al.

Dorstenia tenuis Bonpl. ex Bur.

BALANOPHORACEAE

Halosis cayennensis var. *cayennensis* (Swartz) Sprengel

MOLLINIACEAE

Mollinidia gilgiana Perkins.

Mollinidia glabra (Sprengel) Perkins.

Mollinidia laneroshylla Perkins.

Mollinidia leucocarpata Perkins.

Mollinidia standishii Perkins.

LAURACEAE

Coccoloba basicondatifolia Mattimo.

Coccoloba calharinensis Mez.

Coccoloba annosa (Nees) Barroso.

Coccoloba arctiosa (Nees) Mez.

LECOMNOSAE

Baccharis smilacina (Schott) Steudel.
Caesalpinia echinata Lam.
Swartzia gluzioviana (Taubert) Glaziov.

CHRYSOBALANACEAE

Hirtella insignis Briquet ex Prance.
Hirtella parviunguis Prance.
Hirtella santosii Prance.
Licania involucrata Pilger.
Racinaris brasiliensis (Schott) Hooker.

EUPHORBIACEAE

Rhyllantus gladiatus Muell. Arg.

THEOPHRASTACEAE

Jacquinia brasiliensis Mez.

MALVACEAE

Eavonia alnifolia St. Hil.

DICHAPETALACEAE

Stephanopodium sessile Rizzini.

LECYTHYDACEAE

Cariniana iacquirensis Kuntz.

SAPOTACEAE

Bumelia obtusifolia Roem et Schult.
Routeria psamophila var. westophylla (Miq. et Eichl) Baehni.

COMPOSITAE

Aspilia procumbens Baker.

BROMELIACEAE

Aechmea apocalyptica Reitz.
Aechmea blumenavii Reitz.
Aechmea kleinii Reitz.
Aechmea pimentel-velosii Reitz.
Billbergia alfonsioiannis Reitz.
Vriesea biguassuensis Reitz.
Vriesea bruquensis Reitz.
Vriesea mulleri Mez.
Vriesea pinotti Reitz.
Vriesea triangularis Reitz.

ZINGIBERACEAE

Costus cuspidatus (Nees et Martius) Maas.

MUSACEAE

Heliconia angusta Vell.
Heliconia citrina L. Em. et Em. Santos.
Heliconia carinosa Raddi.
Heliconia eluminensis L. Em. et Em. Santos.
Heliconia lacletteana L. Em. et Em. Santos.
Heliconia sambaicana L. Em.

ORCHIDACEAE

Lealia fidelensis Pabst.
Lealia jonjheana Reichbach.
Lealia lobata (Lindl.) Veitch.
Lealia perrii (Lindl.) Paxt.
Lealia virens Lindl.

- A lista apresentada anteriormente indica as espécies ameaçadas a nível nacional e também regional.

12.1.c. Variedades silvestres de espécies de importância econômica:

Palmito (*Euterpe edulis*), Indaia (*Attalea dubia*), Erva-Mate (*Ilex paraguariensis*), Cavete (*Tabebuia cassinoides*), Pinheiro (*Araucária angustifolia*), Brauna (*Melastomoxylon brauna*) além das inúmeras espécies de madeiras e de peixes, crustáceos, etc.

12.1.d. Populações de plantas agrícolas tradicionais e/ou de variedades obtidas por seleção dos sistemas indígenas de produção:

O Palmito (*Euterpe edulis*), utilizado estratificamente, inicialmente pelos indígenas, hoje já existem alguns empresários que estão cultivando a espécie.

12.1.e. Animais domésticos nos sistemas tradicionais de produção:

Rebanho bovino = 100.000 cabeças,
Rebanho suíno = 5.000 cabeças;
Avicultura = 30.000 cabeças.

12.1.f. Espécies de importância cultural ou comercial. Indique a utilização (ou as utilizações) dessas espécies:

Diversas ervas medicinais que eram usadas pelos indígenas estão incorporadas à cultura contemporânea, tendo em vista especialmente o movimento a favor da medicina natural.

12.1.g. Habitats de especial interesse para a conservação:

Todos os englobados pela área proposta, a saber: Floresta *Paradifúlia* *Migrofilia* costeira, Floresta *Subcaducifolia* *Subtrop* cal com *Araucária*, Campos de Altitude, Restingas, Mangues, *Pradins* *Secas*, *Mar Interior*, Lagoas e Mar..

13. FUNÇÃO LOGÍSTICA

(Traçar um círculo ao redor do número apropriado)

- | | |
|---|-------------|
| 13.1. Cooperação entre o lugar e o Comitê Nacional para a MAB: | 5 4 3 2 1 0 |
| 13.2. Cooperação com as autoridades encarregadas do planejamento e do desenvolvimento regional: | 5 4 3 2 1 0 |
| 13.3. Cooperação com comunidades locais e com representantes das populações que vivem na reserva da biosfera e em seus arredores: | 5 4 3 2 1 0 |
| 13.4. Cooperação com instituições que participam em pesquisa básica ou aplicada ou em atividades de vigilância: | 5 4 3 2 1 0 |
| 13.5. Cooperação com instituições que participam na conservação ex situ de recursos biológicos: | 5 4 3 2 1 0 |
| 13.6. Vigilância ou investigação comparada com uma reserva da biosfera ou lugar de investigação situados na mesma província biogeográfica ou zona ecológica: | 5 4 3 2 1 0 |
| 13.7. Vigilância ou investigação comparadas com uma reserva da biosfera ou lugar de investigação situados em outra província biogeográfica ou zona ecológica: | 5 4 3 2 1 0 |
| 13.8. Lugar em que se realiza um projeto piloto ou um estudo comparado UNESCO-MAB reconhecidos no plano internacional: | 5 4 3 2 1 0 |
| 13.9. Lugar em que se executa um projeto nacional do MAB: | 5 4 3 2 1 0 |
| 13.10. Cooperação com uma reserva da biosfera em outras funções que a pesquisa e a vigilância: | 5 4 3 2 1 0 |
| 13.11. Órgão coordenador encarregado de integrar atividades científicas no lugar: | 5 4 3 2 1 0 |
| 13.12. Lugar em que se realiza um projeto internacional de desenvolvimento (descrever o projeto no ponto 13.16): | 5 4 3 2 1 0 |

13.13. Lugar em que se executa um projeto
projeto internacional de pesquisa
além do MAB (descrever o projeto no
ponto 13.16):

5 4 3 2 1 0

13.14. Número estimado de cientistas nacionais que participam da
pesquisa no lugar: 350

13.15. Número estimado de cientistas estrangeiros que participam,
da pesquisa no lugar: 55

13.16. Utilizar o espaço disponível em continuação para descrever
as atividades e os mecanismos importantes de coordenação das
funções das reservas da biosfera:

13.16.1. - Projeto de desenvolvimento e apoio à atividade pesquisa
do Programa de Áreas Úmidas da IUCN.

13.16.2. - Projetos de Pesquisa patrocinado pelo Banco Mundial
dentro do Programa Nacional do Meio Ambiente - PNMA.

13.16.3. - Programa de Coordenação integrada e definição do Plano de
Ação da Mata Atlântica - Consórcio Mata-Atlântica e
Universidade de Campinas.

13.16.4. - Conselho de Administração da Fase I da Reserva da
Biosfera em pleno funcionamento que conta com a
participação de representantes governamentais e não
governamentais.

14. PESQUISA E VIGILÂNCIA (marcar uma cruz onde corresponder)

14.1. Programa geral:

() Não há antecedentes de pesquisa, nem programa de vigilância e
proteção.

() Utiliza ocasionalmente para a pesquisa, não conta com um
programa permanente de vigilância e pesquisa.

(x) Programa de pesquisa básica que não se concentra em questões
vinculadas com a ordenação e o aproveitamento do solo.

(x) Programa de pesquisa aplicada voltada para o ordenamento e
aproveitamento do solo.

(x) Programa integrado de pesquisa básica e aplicada destinado a
atender os objetivos de ordenação do lugar e a conservação
realizada na região.

(x) Se considera que o lugar forma parte de um programa de
vigilância a longo prazo de alcance nacional, regional ou
internacional.

14.2. Informação sobre os recursos
(Marcar uma cruz onde corresponder)

	ATIVIDADE		
	Passada	Em curso	Programadas
Informação geral:			
- fotografias aéreas:	(x)	(x)	()
- bibliografia:	(x)	(x)	()
- sistema de gestão de dados ecológicos:	()	(x)	()
- sistema de informação geográfica (automatizado):	()	(x)	(x)
- história do estudo científico:	(x)	()	()
- dados e mapas relativos a avaliação de risco:	(x)	(x)	()
- imagens de satélite e gravações de dados em fitas:	(x)	(x)	(x)
- mapa topográficos:	(x)	()	()
- mapa da vegetação e da cobertura vegetal:	(x)	(x)	()
Sistemas aquáticos:			
- ecossistemas aquáticos, água doce:	(x)	(x)	()
- ecossistemas aquáticos, água do mar:	(x)	(x)	()
- áreas batimétricas:	(x)	()	()
- dados hidrológicos, águas superficiais:	(x)	()	()
- dados hidrológicos, águas subterrâneas:	(x)	()	()
- estudos limnológicos:	(x)	(x)	(x)
- dados sobre a qualidade da água:	(x)	(x)	()

Atmosfera:

- dados sobre a qualidade do ar: (x) () ()
- dados climatológicos: (x) (x) (x)
- dinâmica das precipitações: () () (x)

Inventário biológico:

- inventário dos peixes: (x) (x) (x)
- inventário dos mamíferos: (x) (x) (x)
- inventário de outros vertebrados: () (x) (x)
- inventário dos invertebrados: () (x) (x)
- inventário da fitoplâncton: (x) (x) (x)
- inventário dos macrofitos (zonas aquáticas): () (x) (x)
- inventário das plantas não vasculares: (x) (x) (x)
- inventário das plantas vasculares: (x) (x) (x)

Geologia/solos

- informação geomorfológica relativa às costas: (x) (x) (x)
- mapa geológico: (x) () ()
- mapa e descrição dos solos: (x) (x) ()

Informação etnobiológica de índole sócio-econômica e cultural:

- história do aproveitamento do terreno e dos recursos hídricos: (x) (x) ()
- usos do aproveitamento do terreno e das águas: (x) (x) ()

Outras informações:

14.3 Atividades de pesquisa:

(Marcar uma cruz onde corresponder)

	ATIVIDADE		
	Passada	Em curso	Programadas
Informação geral:			
- deposição ácida:	()	()	()
- investigação agrícola:	(x)	(x)	(x)
- tecnologia rural apropriada:	(x)	(x)	(x)
- agricultura/maricultura:	(x)	(x)	(x)
- estudos biológicos e acúmulo de conhecimentos da flora e fauna:	(x)	(x)	(x)
- ciclos biogeoquímicos/fluxo de energia/productividade:	()	()	()
- pesquisas ecológicas comparadas:	(x)	(x)	()
- antropologia cultural:	(x)	(x)	()
- sucessão ecológica:	(x)	(x)	()
- elaboração de modelos de ecossistemas	()	(x)	()
- reconstituição de ecossistemas:	(x)	(x)	()
- efeitos dos contaminantes atmosféricos	()	(x)	(x)
- efeitos das mudanças de nível : de ar:	()	()	()
- efeitos dos contaminantes da água:	(x)	(x)	(x)
- efeitos dos praguicidas:	(x)	(x)	()
- etnobiologia:	()	(x)	()
- espécies exóticas:	(x)	(x)	(x)
- antecedentes e efeitos dos incêndios:	()	()	()

- dinâmica das populações de peixes:	(x)	(x)	()
- investigações dasonômicas/ silvicultura:	(x)	(x)	(x)
- gestão dos recursos genéticos:	(x)	(x)	(x)
- geomorfologia:	(x)	(x)	(x)
- ciclo hidrológico:	(x)	(x)	(x)
- limnologia e hidrobiologia:	(x)	(x)	()
- estudos sobre a recuperação de minas:	()	()	(x)
- pragas e enfermidades:	(x)	()	()
- oceanografia física:	(x)	()	()
- investigações sobre os pastos:	()	()	()
- espécies raras/em perigo:	(x)	(x)	()
- repercussão das atividades de recreação/turismo:	()	(x)	()
- elaboração de mapas dos recursos:	(x)	(x)	()
- avaliação de riscos:	(x)	(x)	()
- sedimentação:	(x)	()	()
- estudos de ciência social:	(x)	(x)	()
- solos, estudos e conservação:	(x)	(x)	(x)
- sistemas tradicionais de aproveitamento do solo:	(x)	(x)	()
- investigações sobre as bacias hidrográficas:	()	(x)	()
- dinâmica das populações silvestres:	(x)	(x)	()

Descrever outras atividades de pesquisa:

Em implantação o macro-zonamento da região costeira paulista. Para a ampliação da Estação Ecológica dos Chaucás no Estado de São Paulo.

Estudo para o conhecimento da realidade ambiental do Estado do Rio de Janeiro/Serra do Mar Mapeamento e levantamento da vegetação nativa.

Consolidação do tombamento da Serra do Mar no Estado do Rio de Janeiro.

Estudos para criação do Parque Estadual da Serra de Tiririca, Gleba Modesto Leal, Serra da Estrela, Cicuta e outros

14.4 Serviços de pesquisa

Na relação abaixo discriminada, indique os serviços que existem na reserva da biosfera proposta:

- Estação de vigilância da contaminação do ar
 - Estação de vigilância climatológica
 - Instalações para conferências/reuniões
 - Estação de vigilância hidrológica
 - Laboratórios
 - Biblioteca
 - Alojamento para cientistas visitantes, quantos podem se alojar?
? 150 pessoas
 - Apoio logístico para veículos de investigação apropriados (por exemplo, automóveis, jeeps, embarcações, aviões)
 - Microcomputadores
 - Outros computadores
 - Parcelas de vigilância permanente de lagos ou rios
 - Parcelas de vigilância permanente de comunidades béticas marinhas
 - Parcelas de vigilância permanente da vegetação
 - Vigilância de pequenas bacias e lugar(es) de pesquisa
 - Instalações de armazenamento e conservação de coleções biológicas e ambientais.
- 1.4 Outras instalações e serviços:

Instalações de várias Unidades Governamentais localizadas em diversas regiões dos Estados.

Forma(s) de acesso aos serviços de pesquisas:

Terrestre (veículos de Estado, linha de ônibus, particular), aérea (avião e helicóptero) e fluvial e marítima (barcos, lanchas e balsas).

Se não existem instalações na reserva da biosfera proposta, indique o nome e a localização do laboratório ou centro de pesquisa mais próximo que responda aos objetivos da reserva da biosfera:

15. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

(marcar uma cruz onde corresponder)

	ATIVIDADE	
	Em curso	Programadas
Informação geral:		
- Educação ambiental para escolares e estudantes:	(x)	(x)
- Serviços de divulgação para a população local:	(x)	(x)
- Projetos de demonstração em matéria de conservação e aproveitamento racional dos recursos naturais:	(x)	(x)
- Projetos de investigação para graduados e pós-graduados:	(x)	(x)
- Programas explicativos para turistas:	(x)	(x)
- Formação profissional e seminários para cientistas:	(x)	(x)
- Formação profissional e instrumentos para administradores e planejadores de recursos:	(x)	(x)
- Formação do pessoal em matéria de gestão de zonas protegidas:	(x)	(x)
- Outras atividades: Cursos de especialização e capacitação para técnicos que trabalham na área, de curta e longa duração no exterior.	(x)	(x)

16. POPULAÇÃO LOCAL E PARTICIPAÇÃO:

16.1. Tipo de população que vive na reserva da biosfera proposta e em suas redondezas (marcar uma cruz onde corresponder)

- (x) agrícola
- (x) Pescadores artesanais/pescadores de mariscos
- (x) Habitantes de bosques
- (x) Caçadores
- () Nômades
- (x) Pastores
- (x) Urbana ou suburbana
- () Outro tipo de população (favor especificar): Especuladores imobiliários e grileiros que aproveitam da não regularização em algumas áreas em benefício próprio ou de grupos maiores.

Caipira

Grupo cultural que vive da pecuária e agricultura resultante da mestiçagem entre o português, índio e o negro identificados desde o século XVII. Métodos de cultura e pastoreio próprio conservando elementos típicos de linguagem e tradições étnicas, africanas e indígenas. Datam conhecimentos importantes da natureza e de sua dinâmica. Área de distribuição principal são bolsões de topografia mais elevada e as áreas mais afastadas dos eixos principais de desenvolvimento.

Caçara

Grupo cultural que vive da pesca e da agricultura resultante da mestiçagem entre português e o índio, alguma presença de sangue negro no setor Norte. Estão identificados desde o século XVI. Têm método de pesca e agricultura com forte presença indígena. Conservam elementos típicos de linguagem e tradições ibéricas e indígenas. Datam conhecimento profundo da natureza e de sua dinâmica. A área principal de distribuição vai desde o litoral paranaense (Bahia de Guaratuba) até a Baía de Guanabara no litoral fluminense.

16.2. Se populações indígenas vivem dentro da reserva da biosfera proposta ou em suas redondezas, descreva-as brevemente:

- conservação
Índio Guarani

Grupo étnico descendente dos primeiros habitantes do Continente que dominaram a região Litorânea durante vários séculos antes das descobertas europeias e que se conservam em diferentes graus de aculturação, características de seu modo de vida original. (Ver nos mapas sua distribuição)

16.3. Quantas pessoas aproximadamente vivem de maneira permanente em:

16.3.a. zona(s) núcleo?: 1.000

16.3.b. zona(s) tampão?: 20.000

16.3.c. zona(s) de transição?: 200.000

16.4. Quantos visitantes aproximadamente (incluídos os turistas) visitam a cada ano a reserva da biosfera proposta? 500.000

16.5. Vantagens para a população local:

VANTAGEM
 Maior Menor

Informação geral:

- não supõe praticamente vantagens para a população local
- oportunidades de empregos:
 - oportunidades de educação e formação:
 - incentivos e vantagens de carácter económico:
 - combustíveis, forragem ou alimentos:
 - serviços sanitários e comunitários:
 - assistência ao desenvolvimento rural:
 - oportunidades de recreação e turismo:
 - conservação dos solos e água:
 - conservação dos cultivos tradicionais e das práticas tradicionais de aproveitamento dos recursos:
 - Participação no planeamento e gestão da reserva da biosfera proposta:

Descrever, se houver, outras vantagens para a população local:

Oportunidade de disciplinar a ocupação do solo, até hoje, feita predominantemente, com prejuízos ao meio ambiente e à população local.

17.UTILIZAÇÕES E ATIVIDADES:

17.1. Utilizações e atividades na(s) zona(s) núcleo (marcar uma cruz onde corresponder):

- Colectão de amostras vegetais e/ou animais com finalidades científicas
- Inventários biológicos
- Vigilância a longo prazo do meio ambiente
- Educação ambiental
- Formação profissional
- Prática de gestão e conservação (por exemplo, queima controlada, siega, controle das espécies silvestres).
- Recreação pública/turismo.
- Pesca de peixes e de mariscos autorizada
- Caça com ou sem trampas autorizadas.

Favor Detalhar as atividades que, em sua opinião, exercem uma influência muito negativa no estado de conservação da(s) zona(a) núcleo, por exemplo, caça e pesca furtivas, invasão por assentamentos, etc.:

Falta de integração entre órgãos públicos e invasões por assentamentos. Vigilância insuficiente.

17.2 Usos e atividades na(s) zona(s) tampão (traçar um círculo ao redor do número apropriado).

- Atividades agrícolas:	5	4	3	2	<u>1</u>	0
- Inventários biológicos:	5	4	<u>3</u>	2	1	0
- Coleção de amostras vegetais e/ou animais com finalidades científicas:	5	4	<u>3</u>	2	1	0
- Práticas de gestão da conservação (por exemplo, queima controlada):	5	<u>4</u>	3	2	1	0
- Destruição de habitats naturais terrestres:	5	4	3	2	<u>1</u>	0
- Destruição de áreas úmidas:	5	4	3	2	<u>1</u>	0
- Destruição de habitats naturais marinhos:	5	4	3	2	<u>1</u>	0
- Dragagem e terraplenagem:	5	4	3	2	<u>1</u>	0
- Educação ambiental:	5	4	<u>3</u>	2	1	0
- Pesca de peixes e/ou mariscos:	5	4	3	<u>2</u>	1	0
- Atividades florestais:	5	4	3	<u>2</u>	1	0
- Coleção de produtos naturais (por exemplo baías):	5	4	3	<u>2</u>	1	0
- Pastoreio:	5	4	3	2	<u>1</u>	0
- Assentamento humanos:	5	4	3	<u>2</u>	1	0
- Caça com ou sem armadilhas:	5	4	3	2	<u>1</u>	0
- Desenvolvimento industrial:	5	4	3	2	<u>1</u>	0
- Vigilância a longo prazo do meio ambiente:	5	<u>4</u>	3	2	1	0
- Produtos marinhos/aquicultura:	5	4	<u>3</u>	2	1	0
- Exploração mineral:	5	4	<u>3</u>	2	1	0
- Exploração de petróleo e de gás:	5	4	3	2	<u>1</u>	0

- Caça e pesca furtivas:	5 4 3 2 1 0
- Formação profissional:	5 4 3 2 1 0
- Recreação/turismo:	5 4 3 2 1 0
- Desenvolvimento habitacional:	5 4 3 2 1 0
- Reconstituição ou reabilitação de habitats naturais terrestres:	5 4 3 2 1 0
- Reconstituição ou reabilitação de áreas úmidas:	5 4 3 2 1 0
- Reconstituição ou reabilitação de habitats naturais marinhos:	5 4 3 2 1 0
- Estabilização da linha de costa:	5 4 3 2 1 0
- Fomento do turismo:	5 4 3 2 1 0
- Serviços de transportes:	5 4 3 2 1 0
- Centros urbanos:	5 4 3 2 1 0
- Projetos de exploração dos recursos hídricos:	5 4 3 2 1 0

No espaço abaixo, proporcione informação adicional sobre qualquer das atividades antes mencionadas ou outras atividades que se realizam na zona tampão.

17.3 Utilizações e atividades na(s) zona(s) de transição (traçar um círculo ao redor do número apropriado):

- Atividades agrícolas:	5 4 3 2 1 0
- Inventários biológicos:	5 4 3 2 1 0
- Colação de amostras vegetais e/ou animais com finalidades científicas:	5 4 3 2 1 0
- Práticas de gestão da conservação (por exemplo queima controlada):	5 4 3 2 1 0
- Destruição de habitats naturais terrestres:	5 4 3 2 1 0
- Destruição de áreas úmidas:	5 4 3 2 1 0
- Destruição de habitats naturais marinhos:	5 4 3 2 1 0
- Dragagem e terraplanagem:	5 4 3 2 1 0

- Educação Ambiental:	5 4 3 2 1 0
- Pesca de peixes e/ou mariscos:	5 4 3 2 1 0
- Atividades florestais:	5 4 3 2 1 0
- Coleta de produtos naturais (por exemplo, bayas):	5 4 3 2 1 0
- Pastoreio:	5 4 3 2 1 0
- Procedimentos humanos:	5 4 3 2 1 0
- Caça com ou sem armadilhas:	5 4 3 2 1 0
- Desenvolvimento industrial:	5 4 3 2 1 0
- Vigilância a longo prazo do meio ambiente:	5 4 3 2 1 0
- Produtos marinhos/aquicultura:	5 4 3 2 1 0
- Exploração mineral:	5 4 3 2 1 0
- Exploração de petróleo e de gás:	5 4 3 2 1 0
- Caça e pesca furtivas:	5 4 3 2 1 0
- Formação profissional:	5 4 3 2 1 0
- Recreação/turismo:	5 4 3 2 1 0
- Desenvolvimento habitacional:	5 4 3 2 1 0
- Reconstituição ou reabilitação de habitats naturais terrestres:	5 4 3 2 1 0
- Reconstituição ou reabilitação de áreas úmidas:	5 4 3 2 1 0
- Reconstituição ou reabilitação de habitats naturais marinhos:	5 4 3 2 1 0
- Estabilização da linha de costa:	5 4 3 2 1 0
- Fomento do turismo:	5 4 3 2 1 0
- Serviços de transportes:	5 4 3 2 1 0
- Centros urbanos:	5 4 3 2 1 0
- Projetos de exploração dos recursos hídricos:	5 4 3 2 1 0

No espaço abaixo, proporciona informação adicional sobre as atividades antes mencionadas ou outras atividades que se realizam na zona de transição:

Se tiver indicado as atividades agrícolas, enumere os cultivos que se praticam atualmente:

20,0% com culturas permanentes e 30,0% com culturas temporárias. Banana, feijão, milho, cana-de-açúcar, mandioca, uva Itália e rubi, morango, café, etc.

Se tiver indicado as atividades florestais, enumere as espécies que atualmente se plantam e/ou se exploram de modo intensivo:

Eucaliptus spp e Pinus spp.

Se tiver indicado o pastoreio, descreva os animais que pastam, o tipo de vegetação de que se trata, e as práticas de criação de gado.

ANIMAIS	TRATOS
Bovinos/bubalinos caprinos suínos equinos	capim gordura capim braqueária capim napie milho cana-de-açúcar
patos, marrecos, gansos galinhas e galinhas-de-angola.	cereais diversos

18. PESSOAL

18.1. O pessoal da reserva da biosfera proposta está composta por: 300 pessoas no total.

18.2. Número de membros do pessoal dedicado a gestão administrativa, de controle e de recursos: 100

18.2.a. Com formação universitária: 40

18.2.b. De outra índole: 60

18.3. Número de membros do pessoal dedicado à educação, à demonstracão e à formação: 40

18.4. Número de membros do pessoal dedicado à pesquisa: 70

18.4.a. Titulares de doutorado ou diploma equivalente: 10

18.4.b. Outros diplomas universitários: 30

18.4.c. Pessoal encarregado ao apoio técnico à pesquisa: 50

18.4.d. Policia Florestal: 3.000

19. APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO

19.1. Fontes

- (x) As atividades recebem apoio de distintas fontes
- () As atividades recebem apoio só de uma autoridade administrativa central
- () As atividades recebem apoio unicamente de uma autoridades administrativa local.
- () As atividades recebem uma assistência especial da população local. Favor especificar:
- (x) Fontes internacionais
Favor numerar as fontes internacionais (UNESCO, PNUMA, FAO, UICN, Fundo Mundial da Natureza, etc.), assim como os projetos a que prestam assistência

WWF - World Wildlife Fund (diversos projetos de conservacão)

UICN - International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources (Projetos de áreas úmidas grupo de trabalhos para áreas da UNESCO na América do Sul).

BIRD - World Bank (Programa Nacional do Meio Ambiente)

TNC - The Nature Conservancy (Projeto integrado de desenvolvimento sustentado junto à Fundação SOS Mata Atlântica)

KFW - Kreditanstalt für Wiederaufbau - Proteção a Áreas Naturais

G - 7 - Grupo dos 7 países mais ricos.

GEF - Global Environmental Facility

19.2. Orcamento:

O atual orçamento anual de funcionamento da reserva da biosfera proposta em moeda local é de aproximadamente: Cr\$ 6.000.000.000,00 (para os próximos 03 anos).

20. DESIGNAÇÕES ESPECIAIS:

- () Lugar do Patrimônio Mundial
- () Lugar da Convenção RAMSAR
- () Lugar de Investigação do Programa Biológico Internacional
- () Outras. Favor especificar.
- () enumerar as demais designações especiais a nível nacional ou outro nível e descrever brevemente o propósito da(s) designação(s): Patrimônio Estadual - Patrimônio Nacional - Instituição - A seguir:

PATRIMÔNIO NACIONAL E ESTADUAL -

São os Monumentos Naturais bem como os sítios e paisagens que importa conservar e proteger, pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana e o conjunto de bens de excepcional valor arqueológico ou etnográfico.

PARQUES NACIONAIS E PARQUES ESTADUAIS -

São destinadas à preservar áreas naturais ou pouco alteradas, abrangendo paisagens, ecossistemas e/ou sítios geológicos de grande interesse para atividades científicas, educacionais e recreativas, realizadas em obediência a Planos de Manejo.

ESTAÇÕES ECOLÓGICAS -

São áreas representativas de ecossistemas brasileiros, destinadas à realização de pesquisas básicas e aplicadas de ecologia, à proteção do ambiente natural e ao desenvolvimento da educação ambiental.

As pesquisas que modificam os ecossistemas naturais só podem ser realizadas em áreas previamente delimitadas com base em estudos ecológicos que não ultrapassem 5% da área total até o máximo de 4.500 ha.

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL -

São porções do território nacional e águas jurisdicionais de configuração e dimensões variáveis, submetidas a modalidades de manejo diversas, podendo compreender ampla gama de paisagens naturais, semi-naturais ou alteradas, com características notáveis e dotadas de atributos bióticos e abióticos, estéticos ou culturais que exijam proteção para assegurar o bem-estar das populações humanas, resguardar ou melhorar as condições ecológicas locais, manter paisagens e atributos naturais ou culturais importantes, ou experimentar técnicas e atitudes que permitam conciliar o uso de terra com a manutenção dos processos ecológicos essenciais. As APAs podem incluir sub-áreas sob proteção integral e atuar como zona-tampão para proteger outras categorias de Unidades de Conservação.

TOMBAMENTO DE ÁREAS NATURAIS -

São áreas ou monumentos naturais cuja conservação é de interesse público, seja pelo seu valor histórico, ambiental, arqueológico, geológico, turístico ou paisagístico. Inscritas no livro do Tombo, essas áreas passam a ter restrições de uso de modo a garantir a conservação de suas características originais.

São trechos contínuos do território nacional, inclusive suas águas territoriais, a serem preservados e valorizados no sentido cultural e natural e destinados à realização de planos e projetos de desenvolvimento turístico.

RESERVAS PARTICULARES

São áreas particulares que, com base no Código Florestal e Decreto Federal nº 98.914, de 21/01/90, são submetidas a restrições de uso para proteção de seus atributos naturais, quer compulsoriamente quer voluntariamente.

RESERVAS INDÍGENAS

São áreas pertencentes às comunidades indígenas de acordo com o artigo nº 238 da Constituição Federal que garante seu habitat, posse e cultura de acordo com suas tradições. São imemoriais. Regularizadas pelo Governo Federal através de Decretos, excluindo outras presenças humanas.

21. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

21.1. Referências principais:

ALMEIDA, F.F.M.de. 1974. Fundamentos geológicos do relevo paulista. São Paulo, IG/USP. 102 p. (Série Teses e Monografias, 14).

ALONSO, M.F.H. 1977. Vegetação. In: FUNDAÇÃO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. Geografia do Brasil: Região Sudeste. Rio de Janeiro, SERGRAF - IBGE. p.91-118 v.3

AMORIM, H.B. 1984. Inventário das Florestas Nativas dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Brasília: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. 204p.

AUGUSTO FILHO, O. et alii 1988. Subsídios geológicos, geotécnicos para o estabelecimento de critérios para a restauração da cobertura vegetal nas encostas da Serra do Mar, afetada pela poluição atmosférica. In: Anais do 19 Seminário de Integração Técnica sobre poluição e a Serra do Mar. São Paulo. pag 61-68.

AZEVEDO, A. 1968 A Baixada Santista: aspectos geográficos. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo - Volume I.

BARTH, Rudolf. A fauna do parque Nacional do Itatiaia. 1957 - Conselho Nacional de Pesquisa.

- BERNADES, A.T. et alii. 1990. Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção. Belo Horizonte, Fundação Biodiversitas. 62 p.
- BRASIL. Leis, decretos, etc. (diversos).
- CÂMARA, I.G. 1991. Plano de ação para a Mata Atlântica. Rio de Janeiro-SOS Mata Atlântica/W.W.F.
- CEPA/ES (Comissão Estadual de Planejamento Agrícola do Espírito Santo). 1977. Levantamento e Mapeamento da cobertura florestal do Estado do Espírito Santo. Vitória.
- COSTA, J.P.O. 1987. Aiuuoca, Matutu & Pedra do Papagaio - Tese de Doutorado apresentada à USP, São Paulo 400p.
- D.A.E.F. 1990. Plano Estadual de Recursos Hídricos 19 Plano do Estado de São Paulo-síntese-São Paulo 97 pag.
- DERSA/THEMAR. 1988. Relatório de Impacto Ambiental-Rodovia do Sol São Paulo. pag.97.
- FEITOSA, L.R. 1986. Carta Agroclimática do Espírito Santo. Vitória: Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária.
- FLORA BRASILEIRA. 1984. São Paulo, Editora Abril. 3 v.
- FRAGA, P. 1979. Notas sobre dematamento e devastação no Espírito Santo. Revista da Fundação Gomes dos Santos Neves. 3:12-19
- GUIA QUATRO RODAS DO BRASIL. 1990. São Paulo, Editora Abril.
- LEPSCH, J.F. et alii. 1990. Macro zoneamento das terras da Região do Rio Ribeira de Iguape, SP. Campinas, SP, Instituto Agrônomo. 181 p.
- MAINIERI, C. 1970. Madeiras brasileiras: características gerais, zonas de maior ocorrência, dados botânicos e usos. São Paulo, Instituto Florestal. 109 p.
- MAINIERI, C. 1973. Madeiras do litoral Sul: Estado de São Paulo, Paraná e Santa Catarina: nomenclatura botânica e vulgar, características gerais e usos comuns. São Paulo, Instituto Florestal. 84 p. (Boletim Técnico I.F., 3)
- MONTEIRO, C.A. 1973. A dinâmica climática e as chuvas no Estado de São Paulo. São Paulo, Instituto de Geografia-USP
- NAVARRO DE ANDRADE, F. 1941. Contribuição para o Estudo da Flora Florestal Paulista: vocabulário de nomes vulgares. São Paulo, Serviço Florestal de Companhia Paulista. 62p.
- NEGREIROS, O. et alii. 1974. Plano de manejo para o Parque Estadual da Ilha do Cardoso. São Paulo, Instituto Florestal. 56p. (Boletim Técnico nº 9)

PONÇANO, W.L. et alii. 1981. Mapa de Geomorfologia do Estado de São Paulo. São Paulo, IPT. 94 p. (Publicação IPT, 1183).

SÃO PAULO. Leis, decretos, etc. (diversos).

RIZZINI, C.T. 1979. Trabalho de Fitogeografia do Brasil: Aspectos Sociológicos e Florísticos. Vol.2 São Paulo: Edibra HUCITEC & USP.

RUSCHI, A. 1950. Fitogeografia do Estado do Espírito Santo. Boletim do Museu de Biologia Prof. Mello Leitão, Série Botânica. 1:1-353.

THOPPMATR, H. 1987 Biogeografia e meio ambiente. Rio Claro: Graff Set Tipografia e Off Set Ltda. 275p

21.2. Mapas

21.2.a. Mapa geral de localização. (em anexo, escala 1:1.000.000)

21.2.b. Mapa de zoneamento da reserva da biosfera. (em anexo, escalas 1:250.000 e 1:400.000)

21.2.c. Mapa da vegetação ou da cobertura vegetal. (em anexo, escala 1:5.000.000)

21.3. Documentos jurídicos (favor relacionar):

Alem dos já citados nos itens 5 e 10:

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Decreto-lei Federal 25 de 30/11/37.

Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional

Lei Federal 65.513 de 22/12/77

Dispõe sobre Áreas Especiais de Interesse Turístico

Decreto Federal 84.017 de 21/09/79

Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros

Lei Federal 6.902 de 27/04/81;

Decreto Federal 88.351 de 01/06/83.

Dispõe sobre Áreas de Proteção Ambiental e Estações Ecológicas

Resolução CONAMA 10 de 14/12/88.

Dispõe sobre Áreas de Proteção Ambiental

Decreto Federal 99.457 de 09/90

Declara imune ao corte toda a vegetação da Mata Atlântica

LEGISLAÇÃO ESTADUAL DE SÃO PAULO

Deliberação CONSEMA 27/86 de 28/02/86
Regulamentação da APA da Serra do Mar

Decreto 25.341 de 04/06/86
Regulamento dos Parques Estaduais Paulistas.

Diretrizes, Normas e Recomendações Preliminares do Tombamento das
Serras do Mar e Paranapiacaba - D.O.E. de 14/01/89.

Decreto 30.817 de 30/11/89.
Regulamentação da APA da Ilha Comprida

LEGISLAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Lei Estadual nº 4.174 de /12/90
Concede benefícios e incentivos fiscais à área de mata preservada.

LEGISLAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Lei Estadual nº 4030 de /12/86
Declara de Preservação Permanente as florestas nativas do Estado.

Resolução 03/91 do Conselho Estadual de Cultura 12/04/91
Tombamento da Mata Atlântica e seus ecossistemas associados no
Estado do Espírito Santo.

21.4. Planos de ordenação e aproveitamento do terreno (favor
enumerá-los):

Diretrizes do Tombamento da Serra do Mar no Estado de São
Paulo.

Macrozoneamento do Litoral Sul do Estado de São Paulo.

Regulamentação da APA da Serra do Mar

Legislação Estadual de Minas Gerais

Legislação Estadual do Rio de Janeiro

Legislação Estadual do Estado do Espírito Santo.

21.5. Relação de espécies:
já citado nos itens 10 e 12

22. FUTURAS AÇÕES E ATIVIDADES PREVISTAS:

- (x) Reconhecimento da condição de reserva da biosfera nos sinais de entrada.
- (x) Exibição pública do certificado de designação de reserva da biosfera
- (x) Cerimônia de inauguração
- (x) Acordos cooperativos ou outros mecanismos de coordenação destinados a fomentar as utilizações científicas.
- (x) Participação numa rede regional, nacional e/ou internacional de vigilância
- (x) Estabelecimento de uma estação de investigação da reserva da biosfera
- (x) Execução de um projeto integrado de investigação.
- (x) Preparação do plano da reserva da biosfera
- (x) Incorporação dos objetivos da reserva da biosfera nos processos de planejamento em curso.
- (x) Definição das atividades da reserva de biosfera nos programas e orçamentos.
- (x) Estabelecimento de mecanismos para melhorar a coordenação com a população local.
- (x) Elaboração de um projeto modelo de desenvolvimento sustentado.
- () Estabelecimento de um organismo de coordenação nacional encarregado das reservas de biosfera.
- (x) Rápida posta em marcha de um mecanismo para que a população local participe na adoção de decisões relativas à reserva da biosfera.

Outras:.....

23. ENDEREÇO POSTAL EXATO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA RESERVA DA BIOSFERA PROPOSTA:

Nome da administração local: Consórcio Mata Atlântica como instituição representante do Conselho de Coordenação)

Rua: Tabapuã nº 81 9º andar

Cidade e CEP: São Paulo - Cep 04530

País: Brasil

Número de telex e/ou telefones: Telex - (11) 3622 21 SMEA
Telefone - (55-11) 829-5806
Telefax - (55-11) 280-5468

24. DECLARAÇÃO DE ADESÃO AO PLANO DE AÇÃO PARA AS RESERVAS DA BIOSFERA

Certificamos que as autoridades administrativas encarregadas do planejamento e gestão da reserva da biosfera proposta assumem suas responsabilidades de trabalhar para alcançar os objetivos definidos no Plano de Ação para as Reservas da Biosfera; de preparar as correspondentes diretrizes para sua gestão, segundo as necessidades; e de participar da Rede Internacional de Reservas da Biosfera e no Sistema de Informação do MAB.

25. APOIO

25.1. Formulário(s) de proposta ou carta de apoio, incluída uma aceitação das responsabilidades, enviada pela autoridade encarregada de cada zona administrativa localizada dentro da reserva da biosfera proposta.

25.1.1. Anexo Formulários Adicionais com propostas de Apoio incluídas as declarações de adesão e as aceitações das responsabilidades requeridas por parte de:

- 1 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.
- 2 - Governo do Estado de São Paulo.
- 3 - Governo do Estado do Rio de Janeiro.
- 4 - Governo do Estado do Espírito Santo.
- 5 - Governo do Estado de Minas Gerais.

25.1.2. Sistema de Administração:

As cinco entidades com responsabilidades na administração ambiental da área (a saber: IBAMA, Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo) administrarão as áreas da Reserva da Biosfera (fase II) sob sua gestão, de acordo com suas

diretrizes subordinadas as questões de integração, definição sobre elementos comuns, metodologia, respostas a solicitações do MAB a um Conselho de Administração constituído por quinze membros que representarão:

- 1 - O Consórcio Mata Atlântica
- 1 - A Superintendencia Regional do IBAMA do Estado de São Paulo
- 1 - A Superintendencia Regional do IBAMA do Estado de Minas Gerais
- 1 - A Superintendencia Regional do IBAMA do Estado do Rio de Janeiro
- 1 - A Superintendencia Regional do IBAMA do Estado do Espírito Santo
- 1 - A Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo
- 1 - A Secretaria de Ciência Tecnologia e do Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais
- 1 - A Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro
- 1 - A Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Espírito Santo
- 2 - Entidades não governamentais que tenham objetivos de conservação ambiental e de desenvolvimento sustentado com atividades na região, com mandato de dois anos renováveis.
- 2 - Representantes da população local com mandato de dois anos renováveis.
- 2 - Representantes da comunidade científica.

25.2.Firma (Em nome do Comitê Nacional para o MAB)

Nome completos:

Cargo:

Data:

Equipes que Elaboraram a Proposta de Reserva de Biosfera Serra do Mar e Serra da Mantiqueira da Mata Atlântica Fase II.

COORDENADOR: CONSÓRCIO MATA ATLÂNTICA: JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA COSTA

ASSESSORIA TÉCNICA - JULIA DE ANDRADE MEIRELES VIEIRA

FREDIMAR CORREA

ESTADO DE SÃO PAULO

COORDENAÇÃO: VERA LUCIA RAMOS BONONI E

PAULO DE MELLO SHWENCK

ASSESSORIA TÉCNICA: ADRIANA QUEIROZ MATOSO

PAULO CESAR BOGGIANI

ISA MARIA CATAN

RAQUEL ROSALEM

ESTADO DE MINAS GERAIS

COORDENAÇÃO: NELLO ALLEGRO

ASSESSORIA TÉCNICA: MARCELO ANTONIAZZI

PETER SUSENIHL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

COORDENAÇÃO: LUIZ CARLOS SERVULO DE AQUINO

ASSESSORIA TÉCNICA: AXEL SCHIMIDT GRAEL

ADELIA TAPIASSU

MAURICIO LOBO

NEY PASSAMBA PACHECO

RICARDO MESQUITA GREMBA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

COORDENAÇÃO: SEBASTIAO SALLES DE SÁ

ASSESSORIA TÉCNICA: SERGIO MENDES LUCENA

DESENHO CARTOGRÁFICO: LUIS CARLOS RABI MORATI

GIOVANIA CELANTE

ARTE FINAL

COORDENAÇÃO: OLINDA KEIKO FUKUDA

COLABORADORES:

ELAINE CRISTINA MEDEIROS

ELAINE REGINA DO SANTOS

ELIANE PENNA FIRME RODRIGUES

ELISABETE PEREIRA DA SILVA

GENIVAL SALLES DE SOUZA

MARCO ANTONIO BARBOSA

CARLA ANTUNHA BARBOSA

SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO

EDILENE SOARES PEREIRA

ZÉLIA LARANJEIRA SANTIAGO

SOLANGE SOARES

DIGITAÇÃO: ROBERTO LOPES NERYS

Obs: Este texto foi baseado em informações contidas no Reserva da Biosfera da Mata Atlântica Fase I



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

PROPOSTA DE RESEVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA (FASE II)
FORMULÁRIO ADICIONAL PARA O INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO
AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

Acrescente-se que todos os dados técnicos do formulário aplicam-se ao setor do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

ITEM 23 - endereço postal exato da administração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

. Nome da administração local: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

. Endereço: SAIN Av. L4 Ed. Sede do IBAMA

. Estado: Brasília/DF - País: Brasil

. Número Telex - (061) 2120

. Número Telefone - (061) 226.8221/226.8492

. Número Telefax - (061) 224.5206

ITEM 24 - Declaração de Adesão ao Plano de Ação para as Reservas da Biosfera

Certificamos que as autoridades administrativas encarregadas da planificação e gestão da proposta de Reserva da Biosfera da Mata Atlântica assumem suas responsabilidades de trabalhar para alcançar os objetivos definidos no Plano de Ação para as Reservas da Biosfera, de preparar as correspondentes diretrizes para a ge

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

tão, segundo as necessidades e de participar da Rede Internacional de Reservas da Biosfera e no Sistema de Informação do MAB.

item 25 - Apoio

Aceitamos por parte do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, as responsabilidades a nós concernentes que se referem à Fase II da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, comprometendo-nos a desenvolver todos os esforços ao nosso alcance para o seu pleno desenvolvimento e consolidação.

Brasília, 21 de outubro de 1991

Eduardo S. Martins
EDUARDO DE SOUZA MARTINS
Presidente do IBAMA

Ao Ministro das Relações Exteriores
Exmo. Dr. FRANCISCO REZEK

Solicitamos a atenção e o empenho de Vossa Excelência pela aprovação da proposta da Fase II da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica em apreciação no Comitê Brasileiro do Programa Homem e Biosfera que é de grande importância à conservação e recuperação da floresta tropical mais ameaçada do planeta.

Campinas, 30 de setembro de 1991

Ana Maria Paiva da Fonseca - Fundação Biodiversitas - Minas Gerais
NELLO ANTONIO ALLEIRO - FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - MINAS GERAIS
RUIRDO DE MANSQUITA GREENHA - FUNDAÇÃO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS - RIO DE JANEIRO
Selma Mattos Diniz - Fundação Meio Ambiente - FATMA - SC
Prof. Agostinho B. - SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECOLOGIA - SIB
Cilene Haury - Fundação Pro-Natureza, Pernambuco, Brasil
Luiz R. L. Bastos - UFRSS - Curso de Pós-graduação - Ecologia
Claudio Lucena - Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas
Academia de Ciências do Brasil - Universidade Federal do Rio
Grande
ARCEL SCHMIDT GRABEL - FUNDAÇÃO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS IEF - RJ
Rui Carlos Lívolo de Aquino - IEF/RJ - Fund. Instituto Estadual de Florestas
Sônia Leite Humberger - FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA
Hermijunus de Freitas Lattes Filho - UNICAMP. AM. V. 1. 1. 1.
André M. V. de Carvalho - CEPEC - CEPLAC
Wladimir Whitman Benson - UNICAMP - Wladimir W. Benson
Leoni Alberto Perazzo Beyer - FATMA / SE
Pedro Scherer Neto - SALMA / PAUC

WUO DA LOTA FERRAZ - NEPAM / UNICAMP
SEBASTIÃO SALLES JÚNIOR - ~~SEAMA~~ - SEAMA. e CCC. Lem. P. d. de Cult.
JÚLIA DE ANDRADE MEIRELES VIEIRA - ~~ES~~ - COMÉRCIO MATA ATLÂNTICA - S

Sergio Lucena Mendes - Museu Biol. Mello Leitão
Fredmar ^{comia} - SMA/SE - Comércio MATA ATLÂNTICA
Alpina Begossi - NEPAM/UNICAMP - ~~ES~~
MARCIO DIOLNE CAMPOS/IFGW e ALORBAÇA: OBS. A OLHO NOVO/UNICAMP



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E PROJETOS ESPECIAIS

PROPOSTA DE RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA (FASE II)
FORMULÁRIO ADICIONAL PARA O ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Acrescente-se que todos os dados técnicos do formulário aplicam-se ao setor fluminense da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

ITEM 23 - endereço postal exato da administração do Rio de Janeiro da Reserva da Biosfera proposta.

- . Nome da administração local: SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E PROJETOS ESPECIAIS.
- . Endereço: Av. Treze de Maio nº 33 - 24º Andar - CEP: 20.031
- . Estado : Rio de Janeiro - País: Brasil
- . Número Telex - (021) 2636
- . Número Telefone - (021) 262.9899/262.9338
- . Número Telefax - (021) 222.7908

ITEM 24 - Declaração de Adesão ao Plano de Ação para as Reservas da Biosfera.

Certificamos que as autoridades administrativas encarregadas da planejamento e gestão da proposta de Reserva da Biosfera da Mata Atlântica assumem suas responsabilidades de trabalhar para alcançar os objetivos definidos no Plano de Ação para as Reservas da Biosfera, de preparar as correspondentes diretrizes para a gestão, segundo as necessidades e de participar da Rede Internacional de Reservas da Biosfera e no Sistema de Informação do MAB.



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E PROJETOS ESPECIAIS

ÍTEM 25 - Apoio

Aceitamos por parte do Estado do Rio de Janeiro, as responsabilidades a nós concernentes que se referem à Fase II da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, comprometendo-nos a desenvolver todos os esforços ao nosso alcance para o seu pleno desenvolvimento e consolidação.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1991.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'R. Ferraretto'.

ROBERTO FERRARETTO D'AVILA
Secretário



CABINETE DO SECRETÁRIO

PROPOSTA DE RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA (FASE II)
FORMULÁRIO ADICIONAL PARA O ESTADO DE SÃO PAULO

Acrescente-se que todos os dados técnicos do formulário aplicar-se-ão ao setor paulista da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

ITEM 23 - Endereço postal exato da administração de São Paulo da Reserva da Biosfera proposta.

- . Nome da administração local: Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.
- . Endereço: Rua Tabapuã, 81 - CEP 04533
- . Estado: São Paulo : País: Brasil
- . Número Telex : (011) 32621 SMA
- . Telefone : (011) 883-0975
- . Telefax : (011) 883-1407

ITEM 24 - Declaração de Adesão ao Plano de Ação para as Reservas Biosfera.

Certificamos que as autoridades administrativas encarregadas da planificação e gestão da proposta de Reserva da Biosfera da Mata Atlântica assumem suas responsabilidades de trabalhar para alcançar os objetos definidos no Plano de Ação para as Reservas da



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

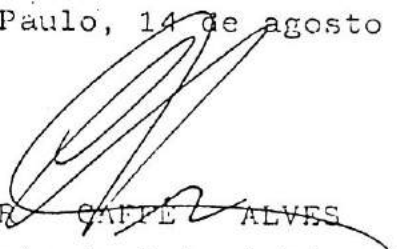
GABINETE DO SECRETÁRIO

Biosfera, de preparar as correspondentes diretrizes para a gestão segundo as necessidades e de participar da Rede Internacional de Reserva da Biosfera e no Sistema de Informação do MAB.

ITEM 25 - Apoio

Aceitamos, por parte do Estado de São Paulo, as responsabilidades a nós concernentes que se referem à Fase II da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, comprometendo-nos a desenvolver todos os esforços ao nosso alcance para o seu pleno desenvolvimento e consolidação.

São Paulo, 14 de agosto de 1991.


ALÁOR CARNEIRO ALVES
Secretário do Meio Ambiente
do Estado de São Paulo

Av. Prudente de Moraes, 1671 - Santo Lúcia - Belo Horizonte/
FONE: (031) 344-3751 - FAZ: (031) 344-3313

DE: OCTÁVIO ELÍSIO ALVES DE BRITO
Vice-Presidente do Consórcio Mata Atlântica

PARA: Dr. JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA COSTA
Coordenador do Consórcio Mata Atlântica

REF.: Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - Fase II

FAX Nº (011) 280-5468

DATA:

PROPOSTA DE RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA - FASE II
Formulário adicional para o Estado de Minas Gerais

Acrescente-se que todos os dados técnicos do formulário aplicam-se ao Setor Mineiro da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

Item 23 - endereço postal exato da administração de Minas Gerais da Reserva da Biosfera proposta

- nome da administração local:
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente de Minas Gerais
- endereço:
Avenida Prudente de Moraes, 1671 - 5º andar - 30380 Belo Horizonte
- estado: Minas Gerais
- país: Brasil
- telex número: (031) 8216
- telefone: (031) 344-3467 ou 344-3751
- telefax : (031) 344-3311



Item 24 - declaração de adesão ao Plano de Ação para as Reservas da Biosfera

Certificamos que as autoridades administrativas encarregadas do planejamento e gestão da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica assumem suas responsabilidades de trabalhar para alcançar os objetivos no Plano de Ação para as Reservas da Biosfera, de preparar as correspondentes diretrizes para a gestão, segundo as necessidades e de participar da Rede Internacional de Reservas da Biosfera e no Sistema de Informação do MAB.

Item 25 - apoio

Aceitamos, por parte do Estado de Minas Gerais, as responsabilidades a nós concernentes que se referem à Fase II da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, comprometendo-nos a desenvolver os esforços ao nosso alcance para o seu pleno desenvolvimento e consolidação.

Belo Horizonte, 13 de setembro de 1991

OCTÁVIO ELÍSIO ALVES DE BRITO
Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia
e Meio Ambiente



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO PARA ASSUNTOS DO MEIO AMBIENTE

PROPOSTA DE RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA (FASE II)

FORMULÁRIO ADICIONAL PARA O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Acrescente-se que todos os dados técnicos do formulário aplicam-se ao setor capixaba da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

ÍTEM 23 - Endereço postal exato da administração do Espírito Santo da Reserva da Biosfera proposta.

- . Nome da administração local: SECRETARIA DE ESTADO PARA ASSUNTOS DO MEIO AMBIENTE - ESPÍRITO SANTO.
- . Endereço: Avenida Princesa Izabel, 629 6º andar - Cep. 29.000
- . Estado: Espírito Santo - País: Brasil
- . Número Telex - (027) 2636
- . Número Telefone - (027) 223.4022
- . Número Telefax - (027) 222.7908

ÍTEM 24 - Declaração de Adesão ao Plano de Ação para as Reservas da Biosfera.

Certificamos que as autoridades administrativas encarregadas da planificação e gestão da proposta de Reserva da Biosfera da Mata Atlântica assumem suas responsabilidades de trabalhar para alcançar os objetivos definidos no Plano de Ação para as Reservas da Biosfera, de preparar as correspondentes diretrizes para a gestão, segundo as necessidades e de participar da Rede Internacional de Reservas da Biosfera e no Sistema de Informação do MAB.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO PARA ASSUNTOS DO MEIO AMBIENTE

TEM 25 - Apoio

aceitamos por parte do Estado do Espírito Santo, as responsabilidades a n^õs concernentes que se referem à Fase II da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, comprometendo-nos a desenvolver todos os esforços ao nosso alcance para o seu pleno desenvolvimento e consolidação.

Vitória, 19 de agosto de 1991.


JARBAS RIBEIRO DE ASSIS JÚNIOR,
SECRETÁRIO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

PROPOSTA DE RESEVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA (FASE II)
FORMULÁRIO ADICIONAL PARA O INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO
AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

Acrescente-se que todos os dados técnicos do formulário aplicam-
se ao setor do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos
Naturais Renováveis - IBAMA da Reserva da Biosfera da Mata Atlân-
tica.

ITEM 23 - endereço postal exato da administração do Instituto Bra-
sileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Reno-
váveis.

Nome da administração local: Instituto Brasileiro do Meio Am-
biente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

Endereço: SAIN Av. L4 Ed. Sede do IBAMA

Estado: Brasília/DF - País: Brasil

Número Telex - (061) 2120

Número Telefone - (061) 226.8221/226.8492

Número Telefax - (061) 224.5206

ITEM 24 - Declaração de Adesão ao Plano de Ação para as Reservas
da Biosfera

Certificamos que as autoridades administrativas encarregadas da
planificação e gestão da proposta de Reserva da Biosfera da Mata
Atlântica assumem suas responsabilidades de trabalhar para alcan-
çar os objetivos definidos no Plano de Ação para as Reservas da
Biosfera, de preparar as correspondentes diretrizes para a ges

tão, segundo as necessidades e de participar da Rede Internacional de Reservas da Biosfera e no Sistema de Informação do MAB.

em 25 - Apoio

Aceitamos por parte do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, as responsabilidades a nós concernentes que se referem à Fase II da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, comprometendo-nos a desenvolver todos os esforços ao nosso alcance para o seu pleno desenvolvimento e consolidação.

Brasília, 21 de outubro de 1991

Eduardo S. Martins
EDUARDO DE SOUZA MARTINS
Presidente do IBAMA